



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0351/11	DATA: 27/04/2011
INÍCIO: 15h07min	TÉRMINO: 18h06min	DURAÇÃO: 02h58min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h58min	PÁGINAS: 66	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS – Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.

SUMÁRIO: Debate sobre reflexões do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que trata do Plano Nacional de Educação e suas metas.
Apreciação de itens constantes da pauta da reunião.

OBSERVAÇÕES

**Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.**



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 2ª reunião. Pergunto se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Dispensada a leitura da ata, a pedido de V.Exa. Não havendo discordância, fica dispensada a leitura.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Comunico que foi recebido expediente da Exma. Sra. Deputada Nice Lobão, justificando a ausência nas reuniões da Comissão no período de 5 a 20 de abril, por motivo de saúde.

Ordem do Dia.

A Ordem do Dia prevê apreciação da seguinte pauta: I - Palestra sobre o tema 2º PNE — *Reflexões sobre o Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, e suas metas*, a ser proferida pelo Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, a quem convido para tomar assento à mesa.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Apesar do atrevimento pelo atraso, não seria interessante aprovarmos antes os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - É o segundo item da pauta, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Mas pode vir a Ordem do Dia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Não, a apreciação de requerimentos...

Até onde sei, é a primeira vez que um consultor legislativo assume esse papel na Casa...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Com certeza, é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - ...o que deve encher de orgulho todos nós que trabalhamos com eles há tanto tempo. Assim, eu quero que ele fique logo aqui sentado, para ir se acostumando com a nova função.

Apreciação de requerimentos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quem sabe ele se anima e vira Deputado pelo Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Não, chega de concorrência. *(Risos.)*

Requerimento nº 8/11, da Deputada Alice Portugal, que solicita sejam realizadas audiências públicas para discussão do 2º PNE nas cidades baianas de Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Barreiras, Jequié, Teixeira de Freitas e Juazeiro.

V.Exa. quer se manifestar ou eu posso colocar em votação?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Pode votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vamos votar em bloco? São todos...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não.

Com a palavra o nobre Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu tenho visto esse número de requerimentos que propõem a realização de audiências em várias cidades ou em várias regiões de um mesmo Estado. Isso não vai ficar meio complicado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - A princípio, sim, mas na prática, talvez não, nobre Deputado Esperidião Amin. Porque, tendo autorização da Comissão, o Deputado mesmo organiza a audiência. E não tem data. A organização compete ao Deputado.



O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Ou seja, ele a fará em nome da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Em nome da Comissão.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - E se dois Deputados fizerem isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Hoje de manhã, eu tive a oportunidade de relatar um projeto na Comissão de Educação em que dois Deputados queriam dar o título de Cidade do Agronegócio a dois Municípios diferentes. Então, nós já temos *know-how* para resolver isso.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu tenho uma sugestão: um deles apresenta "Agronegócio Orgânico". (*Risos.*)

Esse requerimento é para seis cidades, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Seis cidades.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Santa Catarina também tem requerimento para seis cidades. Isso vai ser uma profusão.

Então, eu tenho uma sugestão complementar: que a Comissão autorize, desde que o relatório siga uma formatação. Ou seja, o relatório tem que abranger pelo menos uma frase sobre cada uma das metas do Plano Nacional de Educação. Ele vai ter de dizer: "*Esse assunto não foi abordado*"; "*Esse assunto teve isso*". Isto quer dizer que o relatório só será aceito se seguir esta formatação: uma frase — ou até um anexo, se for alentado — sobre cada um dos tópicos em que seja dividido, pelo menos didaticamente, o PNE.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - É uma sugestão muito bem-vinda, até porque a orientação do Relator, que está aí ao lado de V.Exa... Aliás, o Relator ressuscitou. Tirou até a barba. Está bem animado com relação a como estava ontem.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Remoçou muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Remoçou.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Algo há, como diria o Brizola.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Foi a promoção do barbeador.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - A ideia do Relator é de que os Deputados de um mesmo Estado realizem essa atividade de forma conjunta. E nós vamos estabelecer os critérios para o relatório, para que esse trabalho do Deputado, que será exaustivo, seja produtivo para o trabalho final do Relator e para nós mesmos, na hora da votação. E já vi ali, pela manifestação do Relator, que S.Exa. concorda com V.Exa. Assim, vamos providenciar isso.

Deputado Renan Filho.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Sr. Presidente...

Deixo a palavra com o nobre Relator, por uma questão hierárquica.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Apenas para corroborar com o Deputado Esperidião, é bem-vinda a sugestão de ter um roteiro de discussão para cada audiência, para cada encontro regional, mas é preciso salientar que na Bahia a Comissão Especial vai estar presente, com certeza, em um evento com a Deputada Alice, ou com o Presidente, ou com o Relator. Assim também será em Santa Catarina. Nós estaremos em uma reunião. Santa Catarina fará quatro ou cinco...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Seis.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - ...mas nós estaremos em uma, oficialmente. A mesma coisa, em Pernambuco. Ou seja, onde houver mais de uma reunião, a responsabilidade de condução é dos Deputados membros da Comissão. Agora, a Comissão Especial estará oficialmente representada pela Mesa em um evento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O.k.

Deputado Renan, retorno a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Sr. Presidente, apenas para ser sincero quanto à discussão que travamos na sessão de ontem, quero parabenizar a Deputada Alice Portugal e a Deputada Fátima Bezerra, Presidente da Comissão de Educação, porque hoje pela manhã, na reunião daquela Comissão, ficou determinado que os requerimentos das audiências públicas concernentes ao Plano Nacional de Educação, mesmo tendo sido apresentados antes à Comissão de Educação, fossem também apresentados a esta Comissão Especial, para que não houvesse superposição de trabalhos. Portanto, eu acredito que a reunião de ontem foi importante para que pudéssemos definir isso e, a partir de hoje, já estarmos



trabalhando nessa direção, o que facilitará, sem dúvida, os trabalhos da nossa Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado, Deputado Renan. Tem a palavra o Deputado Emiliano José.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Presidente, é só para ajudar nessa discussão.

Concordo com a proposta da Deputada Alice Portugal e a acho muito positiva, mas, tentando achar um caminho comum na linha do que disse o nosso Relator, em cada Estado, os Deputados que apresentaram propostas de audiência pública deveriam compatibilizar as agendas. A Deputada Alice propôs, por exemplo, audiências públicas nas cidades-polos, o que é absolutamente correto e necessário. Eu propus uma audiência pública focada na educação superior, ontem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Já aprovada.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - É está aprovada.

Então, eu e a Deputada Alice, por exemplo, e ainda o Deputado Waldenor e outros que estão envolvidos com a educação na Bahia, nos articularíamos para facilitar o trabalho da Comissão, de modo a ser considerada a necessidade nacional da Comissão e não apenas o quadro estadual.

Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - E vem na linha do que imaginou o Relator. A ideia é que um de nós da Mesa — ou o Relator, ou o Presidente, ou um dos Vice-Presidentes — compareça a pelo menos uma audiência, uma reunião. O resto é por conta dos senhores.

O Deputado Esperidião Amin trouxe o fecho; temos o roteiro do que compõe esse parecer. Não limita; ao contrário, ajuda na organização. Acho que estamos caminhando bem.

Inclusive, o Deputado Átila Lira, ilustre desta Comissão que atualmente é Secretário de Educação do Piauí, me ligou e pediu que, seja no Ceará, seja no Maranhão, incorporássemos o Piauí nessa reunião. Aliás, era desejo nosso, há muito tempo, incorporarmos o Piauí, não é mesmo Deputado Waldir Maranhão? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO - Sem imperialismo, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Nenhum, de forma nenhuma.

Requerimento nº 18, do nobre Deputado Eduardo Barbosa, que requer a realização de audiência pública no Estado de Minas Gerais.

Requerimento nº 19, dos Exmos. Srs. Deputados Paulo Rubem Santiago e Raul Henry, que requer a realização de uma reunião no Estado de Pernambuco.

Requerimento nº 20, do Deputado Chico Lopes, decano desta Comissão, com todo O respeito, que propõe a realização de uma audiência no Estado do Ceará.

Requerimento nº 21, do Deputado Lelo Coimbra, que requer realização de audiência no Estado do Espírito Santo.

Requerimento nº 22, da Deputada Professora Dorinha Resende, que propõe a realização de uma audiência no Estado do Tocantins.

Requerimento, dos Deputados Angelo Vanhoni, Alex Canziani e Florisvaldo Fier, que requer a realização de uma audiência no Estado do Paraná. Eles até determinaram a data, mas vamos aprovar e depois acertar.

Esses são os requerimentos que foram apresentados.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Já vou conceder a palavra a V.Exa., Deputada Fátima Bezerra.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, só uma indagação, no sentido de ajudar o encaminhamento dos trabalhos.

O grande número de audiências públicas nos Estados vai ao encontro da vontade dos Parlamentares de divulgarem o Plano e de ampliarem a participação da sociedade, mas esbarra, aparentemente, na impossibilidade de o Presidente e de o Relator comparecem a todas elas.

Acredito que V.Exa. irá delegar aos Deputados proponentes a condução do processo nos seus respectivos Estados. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Exatamente.



Já o fizemos, aliás. A idéia, para que esse trabalho renda, é que o Deputado tenha total liberdade na organização. Todavia, por exigência regimental — exigência de que discordo —, temos de pedir autorização do Presidente da Casa para realizarmos atividade fora de Brasília. Se não fosse por isso, tocaríamos bem.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputada Fátima Bezerra, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Deputada Fátima, se V.Exa. quiser apresentar requerimento para o Rio Grande do Norte, eu o subscreverei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Ela já fez, Sr. Deputado. O requerimento já foi aprovada ontem.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Como já foi aprovado, V.Exa. o subscreve, Deputado Rogério Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Em votação, em bloco, os requerimentos lidos pela Presidência.

As Sras. e Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Estão aprovados os requerimentos.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Sra. Deputada.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Deputado Gastão Vieira, numa atitude de colaboração, até porque alguns Parlamentares da Comissão da Educação vieram falar comigo, respeitando, claro, regimentalmente, o papel da Comissão Especial — estamos aqui para fortalecer a Comissão Especial —, gostaria de lembrar que a Comissão de Educação está apta, regimentalmente, para fazer o debate sobre qualquer tema que diga respeito à educação.

Então, Deputado Gastão Vieira, eu gostaria, mais uma vez, de propor uma reunião da Mesa Diretora da Comissão Especial com a Mesa Diretora da Comissão de Educação, porque vão ser apresentados requerimentos na Comissão de



Educação e eu não vou cercear essa atitude, até porque é o papel da Comissão discutir os assuntos atinentes à educação em geral.

E o que nós queremos? Somar esforços e não desperdiçar energias.

Então, proponho que, na semana que vem, a Presidência e a Relatoria da Comissão Especial se reunam com a Mesa Diretora da Comissão de Educação para resolver o que pode ser ajustado no sentido de dar mais racionalidade ao processo e fortalecê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Sem nenhum problema. Há apenas um aspecto que preciso salientar: para que a atividade proposta pelo Deputado ou pela Deputada tenha um caráter oficial, precisa ser aprovada pelo Plenário da Comissão Especial. Fora isso, estamos juntos. Vamos fazer a reunião, vamos conversar e acertar um calendário comum. Isso vai ser benéfico para todos .

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Outra coisa que poderíamos discutir na semana que vem, Sr. Presidente, é o calendário. Dada a importância do PNE e uma vez que temos calendário para aprovar esse projeto, seria adequado também que, nessa reunião, pudéssemos pactuar a respeito, porque há as demandas da Comissão de Educação de audiências públicas, mas temos de ter a sensibilidade para, do ponto de vista do calendário, priorizar o debate em termos do PNE.

Então, queremos pactuar isso na reunião. Podemos chegar ao entendimento, por exemplo, de reservar as quartas feiras, à tarde, para a Comissão Especial, e a Comissão de Educação não marcar nada nesse dia, se for esse o melhor caminho.

Na semana que vem, na quarta-feira de manhã, vamos eleger o restante dos membros da Comissão, e poderíamos já deixar indicado, para o final da tarde da quarta-feira ou para a manhã da quinta-feira, a reunião das Mesas Diretoras da Comissão Especial e da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Só quero esclarecer também, nobre Deputada Fátima Bezerra...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Sr. Deputado.



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, gostaria que o Sr. Presidente e o Sr. Relator pactuassem os prazos da Comissão Especial com os seus integrantes, porque é esta a Comissão que vai analisar e votar o Plano. É por isso que ela foi criada.

Então, gostaria que esses prazos fossem pactuados com todos nós que pertencemos a esta Comissão. Senão, outro Presidente, da Comissão de Finanças, por exemplo, que tem a ver com o PNE, porque, afinal, sem dinheiro não se faz educação, vai querer também pactuar com aquela Comissão. Como sou da Comissão de Constituição e Justiça, também posso entender que pode haver algumas questões constitucionais no Plano e vou querer que V.Exa. pactue comigo.

A Câmara está muito bem representada nesta Comissão Especial. Seria constrangedor convidarmos os mesmos professores e intelectuais para audiências públicas diferentes no Estado. Uma ocorre na semana que vem, na Comissão de Educação, e daqui a 20 dias, uma outra na Comissão Especial. O convidado vai se sentir bobo e achar que somos bobos, que estamos perdendo tempo e dinheiro.

Então, gostaria de participar, como integrante da Comissão Especial, dessa pactuação com o Presidente, com o Relator e demais integrantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado, Deputado Nelson Marchezan Junior.

Quero só esclarecer que as reuniões da Comissão Especial vão se dar sempre às quartas-feiras, à tarde.

Fazer uma reunião para pactuarmos as audiências, tudo bem, não há nenhum problema. Já fazer reunião para tratar de prazo, esta Presidência se reserva ao direito de não realizá-la.

Com a palavra o nobre Deputado Waldir Maranhão.

O Deputado Waldir Maranhão cede a palavra para o Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Serei rápido, Sr. Presidente.

Gostaria de pedir uma orientação à Mesa. Somos cinco Deputados do Estado do Ceará na Comissão e temos o hábito de trabalhar em conjunto. Queremos fazer reuniões em Crato, Juazeiro, os centros universitários mais importantes do Ceará.

Existe algum problema se tomarmos a iniciativa de fazer um calendário de trabalho entre nós e apresentarmos à Mesa?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Nenhum problema. Volto a esclarecer que os Deputados membros desta Comissão estão absolutamente autorizados a organizarem, da melhor forma possível, o debate nos respectivos Estados.

Apenas, para que o Relator ou o Presidente possam comparecer a essas reuniões, pedimos que sejam marcadas às segundas ou às sextas-feiras, dias da semana em que as Sras. e Srs. Deputados permanecem em seus Estados, e que comuniquem a esta Comissão, para que possamos dar caráter oficial a elas, obtendo autorização do Presidente da Casa. No mais, não há nenhum tipo de problema.

Deputado Waldir Maranhão com a palavra.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO - Sr. Presidente, primeiro, reportando-me à questão de ordem levantada pela Deputada Fátima Bezerra, entendi que seu intuito é tentar conter a duplicação de *e-mails* para os mesmos f, porque teremos uma porta de entrada pela Comissão de Educação e outra pela Comissão Especial.

Não ficou claro para mim se vai acontecer, em que pese essa futura reunião, para ajustes de procedimento. A pergunta é: aquilo que já foi dado início prevalece? Por exemplo: acabamos de aprovar uma série de requerimentos; os outros requerimentos que tramitaram pela Comissão de Educação, uma vez aprovados, já entram aprovados na Comissão Especial?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Entram normalmente como os demais requerimentos, para serem aprovados pelo Plenário da Comissão.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO - Minha pergunta é porque isso não ficou bem claro no início, quando a Deputada Fátima Bezerra se manifestou.

Outra questão que me vem à mente e que vou pautar mais uma vez é a seguinte: estou fortemente empenhado em que esta Comissão trate do ensino superior. Esse foi um ponto de entendimento desde quando buscamos instalar esta Comissão.

Então, mais uma vez, minha pergunta é sobre o momento vamos discutir com o Relator sobre esse tema, uma vez que todos os Deputados desejam dar a sua contribuição no tocante ao ensino superior, não como algo de maior ou menor



importância, mas como algo que tenha começo, meio e fim, para que possamos resgatar aquilo que foi abortado — a reforma do ensino superior brasileiro — no âmbito das Comissões Especiais que ao longo do tempo foram criadas nesta Casa

Portanto, nem tanto ao mar, nem tanto à terra, mas que se resgate, sim, o debate sobre o ensino superior brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Waldir Maranhão, vamos fazer uma reunião. Os Parlamentares da Comissão interessados na questão do ensino superior, como o eminente Deputado Newton Lima — ontem, S.Exa. já esteve na reunião da ANDIFES —, devem organizar uma pauta de trabalho. Creio que assim as coisas deverão fluir bem.

Com a palavra Deputado Raul Henry

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, V.Exa. pode me inscrever?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Sra. Deputada.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Sr. Presidente, é só para dizer que estamos retomando uma discussão feita ontem, aliás, conduzida por V.Exa. com muita sabedoria. Parece que nessa discussão as coisas ficaram claras, porque é evidente que esta é a Comissão que vai tratar do PNE. Essa é uma coisa da qual ninguém pode fugir. Estamos aqui para isso, inclusive para discutir a sobrecarga do Relator e tudo o mais. Ontem, ele estava mais cansado; hoje, já melhorou bastante.

Ao mesmo tempo, seria descabido pretender que a Comissão de Educação não pode promover debates. Isso não tem apoio regimental nenhum. Seria o maior despautério pretendermos que a Comissão de Educação só pode discutir isso ou aquilo. A Comissão de Educação pode discutir todos os temas atinentes à educação, quanto mais o PNE, por evidência e obviedade.

Agora, quem vai decidir, ao final, é esta Comissão, não há dúvida nenhuma. Ontem, isso ficou absolutamente claro e nítido. Não há, portanto, nenhuma preocupação a respeito.

Pretender fazer similitudes entre a Comissão de Educação e Cultura e a Comissão de Finanças, aí sim, é um absurdo completo. A Comissão de Educação e Cultura vai discutir tudo que diz respeito à educação e cultura. Agora, quem vai



finalizar a condução do PNE é V.Exa., como Presidente desta Comissão, e o Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - V.Exa., como sempre, dando uma enorme contribuição. Ontem, nós concluímos esta questão...

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Deputado Gastão Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Eu queria sugerir — vou formalizar por escrito o requerimento, para ser votado na próxima reunião —, além dos quatro temas que o Relator propôs (qualidade, financiamento, gestão e expansão), um outro tema: a valorização salarial e profissional dos trabalhadores em educação.

Essa demanda chegou a mim hoje, pela manhã, e eu a considero pertinente, porque temos a meta do financiamento, que vai ser abordada de maneira global. É adequado que o tema da valorização salarial e profissional seja aprofundado. Vou formalizar o requerimento e apresentá-lo a V.Exa., para que na próxima reunião possa ser apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito bem. Acho que podemos dar início ao motivo principal desta reunião de hoje: ouvir a Consultoria da Casa sobre o PNE, as propostas ele contém, enfim, fazer o dever de casa.

A ideia é que, na quarta-feira da próxima semana, o Sr. Ministro venha dar a posição oficial do Governo com relação ao Plano.

Hoje, vamos, ouvir o Dr. Ricardo Martins, que terá o tempo necessário para fazer a sua exposição. Com a palavra S.Sa.

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS - Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde às Sras. e Srs. Deputados e a todos os demais presentes.

Inicialmente, gostaria agradecer ao Presidente e ao Relator a oportunidade desta conversa.

Estamos começando a trabalhar. Esta exposição, na realidade, é um começo de trabalho, procurando trazer alguns subsídios que sejam úteis para a nossa reflexão.

Não estou sozinho nesta tarefa, portanto, não é em meu nome que converso aqui. Há uma equipe da Consultoria Legislativa envolvida no assessoramento a esta



Comissão. Temos aqui, na terceira fileira, a nossa colega Cláudia e a nossa colega Aparecida; na quarta fileira, a nossa colega Ana Valeska. (*Palmas.*) Não temos, da Consultoria Legislativa, a presença do Paulo, que neste momento está em reunião da ANPAE, em São Paulo, nem da Carolina, que está dando assessoria à Comissão de Turismo e Desporto, que também tem audiência pública. Temos também a presença dos nossos colegas da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Raquel e Marcos. Temos aqui uma equipe que está trabalhando.

Esses dados são preliminares, mas são uma contribuição que esperamos ser útil para a reflexão dos Parlamentares e para a decisão do Poder Legislativo com relação a essa matéria tão importante, como bastião da democracia e das políticas públicas no País.

(Segue-se exibição de imagens.)

Ontem, houve uma indagação quanto à tramitação do I PNE. Na ocasião, não pude responder com precisão. Agora, cumpro o dever de casa, trazendo nessa transparência uma síntese da tramitação.

Tivemos, ainda no início de 1998, a apresentação do primeiro projeto, assinado pelo Deputado Ivan Valente e que trazia a contribuição de muita discussão na sociedade civil e de conferências brasileiras de educação. Logo em seguida, em fevereiro de 1998, tivemos a entrada do projeto do Poder Executivo. Tramitou na Câmara. A aprovação na Comissão de Educação e Cultura do substitutivo apresentado pelo Deputado Nelson Marchezan aconteceu em dezembro de 1999. No Plenário da Câmara, em junho de 2000. No final de junho, foi remetido ao Senado Federal, que o aprovou em dezembro de 2000. Tornou-se lei em janeiro de 2001. Portanto, a tramitação do I Plano Nacional de Educação durou praticamente 3 anos, conforme já havia assinalado ontem o Deputado Eduardo Barbosa.

Comparando a estrutura do primeiro plano com o projeto do segundo, temos algumas diferenças formais. O primeiro plano estava dividido em seis capítulos: introdução; níveis de ensino; modalidades; magistério; educação básica; financiamento e acompanhamento. Em cada capítulo, havia um diagnóstico, diretrizes, objetivos e metas.

No projeto atual, sobre o qual esta Comissão se debruça, constam do anexo, do plano em si, vinte metas, e cada meta tem número variável de estratégias, como



veremos na transparência a seguir. No entanto, como já foi dito aqui por Parlamentares, ele não veio acompanhado de um diagnóstico. Não temos o ponto de partida para a fixação das metas. Algumas metas, embora sobre o mesmo tema, poderiam ser teoricamente desdobráveis. Se há conveniência ou não de fazê-lo, é outra questão, mas poderiam. E algumas das estratégias, na verdade, em cada meta, poderiam ser consideradas, elas mesmas, metas. São questões que vamos examinar com cuidado. Vamos discutir e apresentar algumas ideias ao longo dessa nossa conversa.

Na transparência seguinte, faz-se uma comparação entre quantidade de itens, uma comparação de natureza meramente formal, mas que ilustra um pouco os tipos de proposição que os senhores apreciaram.

Somando objetivos e metas, o I Plano Nacional de Educação tinha 286. Somando as metas e as estratégias, a proposta do II PNE plano tem 202. Então, temos certa diferenciação de detalhamento. Mas temos também uma diferença de forma. Qual é a diferença de forma? Esse plano levanta vinte bandeiras, e em torno dessas bandeiras são agregadas essas metas.

Inicialmente, temos o projeto de lei, que tem 12 artigos e algumas particularidades que eu gostaria de ressaltar.

O art. 1º é formal, diz que o projeto aprova o plano em anexo.

O art. 2º reproduz em boa medida, com alguma extensão, as diretrizes que já são constitucionais com relação ao Plano Nacional de Educação, o que ele deve conter.

O art. 3º diz com certeza que o cumprimento das metas fixadas deve-se dar no prazo do plano.

O art. 4º diz que essas metas serão sempre referenciadas aos dados gerados pelos censos educacionais da educação básica e da educação superior.

O art. 5º é específico para uma avaliação que deverá haver no quarto ano de vigência do plano da meta de financiamento, que é, na proposta, de 7%. Ela deverá ser revista no quarto ano, reanalisada e eventualmente modificada se for o caso.

Ao longo da vigência do plano, devem ocorrer duas conferências nacionais, que serão articuladas, coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação, que já está instituído desde dezembro do ano passado, se não me engano, mediante portaria do



Ministro da Educação, congregando representações dos órgãos públicos da educação, como o CONSED e a UNDIME, e organizações da sociedade civil, como a Campanha, a CNTE e outros tantos. Não tenho toda a extensão da composição, mas esses são os dois grandes conjuntos e segmentos que estão representados.

Diz também o art. 7º que a implementação é em regime de colaboração dos entes federados. Faz um pequeno detalhamento sobre a educação indígena, que talvez não fosse necessário, porque o próprio plano já o faz.

O art. 8º menciona a questão dos planos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em 1 ano. Temos de olhar essa questão com cuidado. Não o prazo, mas — uma vez o plano sendo aprovado este ano —, o fato de o ano que vem ser eleitoral na instância municipal. Temos aí uma variável de natureza político-eleitoral que provavelmente vai interferir na organização federativa do planejamento da educação subsequente à aprovação do plano. E também temos a experiência de que no primeiro plano apenas 11 Estados, como foi citado ontem aqui, aprovaram seus próprios planos. Então, temos de lidar com essa experiência federativa para cuidar que não se repita o vazio verificado com relação aos planos dos entes federados.

Também se faz um detalhamento sobre educação no campo, quilombola e especial. Não seria necessário no projeto em si, porque o plano já o faz, mas é uma questão a ser considerada.

O art. 9º determina que os entes federados deverão aprovar lei sobre a gestão democrática em 1 ano. Já está colocada na LDB a questão da gestão democrática, embora não haja prazo. Teremos de analisar isso tecnicamente do ponto de vista da autonomia dos entes federados. É apenas um lembrete sobre a forma de a lei federal dispor sobre essa matéria.

A mesma coisa para o art. 10, que diz que é preciso os entes federados estabelecerem em seu orçamento as dotações orçamentárias indispensáveis para o cumprimento das metas. É, digamos, uma redundância, mas é necessário. Precisamos também ver isso sob a ótica da autonomia dos entes federados, como lidar nessa especificidade.

O art. 11 traz uma novidade interessante. O IDEB já é um índice que desde 2005 vem sendo calculado. No entanto, ele não é instituído em lei. O projeto do PNE



institui o IDEB em lei, como indicador global de qualidade. Essa é uma situação interessante, oportuna. E institui o INEP como agência responsável pelo seu cálculo.

Finalmente, o art. 12 traz uma cláusula de vigência usual.

Passamos, então, para o segundo plano, que é o anexo. Ele traz 20 metas desdobradas em diversas estratégias. A concepção é interessantes porque essas 20 metas constituem um conjunto restrito de questões que podem ser bem destrinchadas, bem acompanhadas e bem avaliadas ao longo do tempo da execução. Podem constituir bandeiras mobilizadoras, tanto dos setores públicos quanto do setor privado, da sociedade civil, em relação ao movimento educacional. Resta saber se 20 é suficiente, se é muito ou pouco, se precisamos mexer alguns números, desdobrar algumas. Essa é uma discussão que certamente os senhores haverão de fazer, e nós estaremos à disposição para dar os subsídios que forem necessários. As metas abrangem todas as etapas e modalidades da educação.

Quais são algumas dificuldades preliminares com as quais se deparou o técnico quando se debruçou sobre o projeto?

A primeira grande dificuldade já foi mencionada aqui: é a ausência de um diagnóstico no próprio projeto do II PNE.

Outra é a falta de estimativa de custos das metas propostas e da repartição das responsabilidades financeiras entre os entes federados. O País é uma federação. Como veremos mais adiante, os custos são repartidos, a responsabilidade financeira é repartida entre as diversas instâncias. Então, como essa questão pode ou deve ser considerada na discussão do Plano Nacional de Educação?

Várias das chamadas estratégias, já mencionei isso, são, na realidade, metas que poderiam ou deveriam estar quantificadas.

E, no conjunto das metas, apenas duas são essencialmente qualitativas: a meta 5, que dispõe sobre a alfabetização plena de todas as crianças até os 8 anos de idade, e sobre essa questão há observações que já ouvimos e que vou trazer para os senhores em seguida, e a meta 7, que trata do IDEB, é um indicador de expectativa de alcance de IDEB ao longo do tempo, que também merecerá comentários.



A seguir, passo rapidamente a apresentar cada meta — não vou me prender às estratégias —, com alguns dados que permitam a nossa reflexão.

Meta 1: universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

Situação atual (2009). Não é tão atual, mas por que esse ano está escolhido? É porque é a única base de dados que está mais ou menos completa. Já temos dados de 2010, mas são apenas para alguns aspectos. A sinopse da estatística da educação básica publicada é de 2009. A sinopse da educação superior publicada também é de 2009. Dados de financiamento. Então, escolhemos uma base comum, para que todas as metas pudessem ser referenciadas a um mesmo ponto no tempo.

Em 2009, o que tínhamos? Tínhamos 74,8% da população de 4 a 5 anos matriculados. Em que condições? Essa é outra questão, mas estavam matriculados.

Ao final do I PNE, para a população em faixa pré-escolar — que, logo no início, não era de 4 a 5, era de 4 a 6, quero lembrar que a mudança no ensino fundamental de 9 anos é mais recente —, a meta era de 80%. Não ficamos tão longe dela.

Universalizar o atendimento para a população de 4 a 5 anos daqui a 10 anos não parece, portanto, algo tão distante. O problema é se não deveríamos ter alguma meta intermediária para poder facilitar o acompanhamento dessa questão.

Já nas creches, estamos em situação ainda muito carente. Os dados variam. Se pegarmos o dado bruto do Censo, dá 18,4% da população na faixa etária. Como já foram feitos alguns cálculos no âmbito, por exemplo, do Todos pela Educação, não computando as crianças de zero a 4 meses, que, em princípio, ficam nas famílias, esse número sobe um pouco, porque elas saem da faixa etária que seria atendida: pode chegar até 21,6%. De toda forma, é um percentual ainda muito pequeno.

O esforço, nesse caso, seria prioritariamente municipal. Significaria criar 1,6 milhão de vagas na pré-escola em 5 anos e oportunidade de atendimento a mais 3,4 milhões de crianças de zero a 3 anos em creches e outras formas em 10 anos.

A meta para as crianças de zero a 3 anos é igual à do I PNE.



Outra questão é se não precisaríamos introduzir aqui, nas metas ou nas estratégias, um pouco o conceito de demanda ativa, comprometendo o poder público a levantar efetivamente a demanda ativa, sobretudo para o atendimento em creche, e a questão das políticas de atendimento: de que forma faríamos o atendimento, se padronizado ou de formas variadas, se seria priorizado, que tipo de população seria priorizada e, mais, de que forma isso seria financiado.

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos.

Situação atual: 31,7 milhões de matrículas, sendo 41% no ensino fundamental de 8 anos e 59% no ensino fundamental de 9 anos. Estamos caminhando, sobretudo porque a legislação do ensino fundamental de 9 anos é bastante recente. Em relação a isso, os Estados estão um pouco mais atrasados do que os Municípios. Há um indicador disso aí. Nos Estados, 57% estavam no ensino fundamental de 8 anos e 43%, no ensino fundamental de 9 anos.

A taxa bruta de escolarização da população de 6 a 14 anos é de 97,6%. É a taxa de atendimento, independentemente de onde estão, pode ser que a criança esteja na pré-escola com essa idade. Agora, a taxa líquida, das crianças que estão no ensino fundamental, na faixa de 6 a 14 anos, desce para 91,1%.

Daqui a 10 anos, atingiremos a universalização. Chegar a 100% é muito difícil. País nenhum no mundo chega a 100%, sempre há uma margem. De toda forma, o conceito de universalização é válido. A meta parece, portanto, viável.

Uma indagação interessante, dentre outras várias, é se não deveríamos, por exemplo, colocar em quanto tempo queremos que todas as crianças de 14 ou 15 anos tenham concluído o ensino fundamental. Não é só uma questão de colocar as crianças na escola, mas também, em algum momento, precisamos dizer: essa geração está, efetivamente, concluindo o ensino fundamental. E de preferência no tempo certo.

Essa é uma discussão que talvez pudesse ser trazida para essa meta.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS - Sim, em regularização de fluxo, essas questões todas.



Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% nessa faixa etária.

A taxa de atendimento escolar da população de 15 a 17 anos em 2009 era de 85,2%. No entanto, praticamente, a metade dos jovens estavam retidos no ensino fundamental. Por isso, a nossa taxa líquida de escolarização dessa população ainda era de 50,9% em 2009. E varia muito entre as Regiões Norte, 39%, e Sudeste, 60%. Mesmo no Sudeste, 40% estão, portanto, fora da escola ou ainda no ensino fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Não tem dados do Nordeste?

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS - Temos. Não coloquei aqui, mas os dados estão disponíveis.

Há viabilidade de expansão do atendimento. Agora, como se trata de um indicador que mostra que a situação dos jovens no ensino médio é muito precária, seria ainda mais relevante termos metas intermediárias para que pudéssemos ir, gradativamente, acompanhando essa questão.

Aqui, da mesma forma como colocado para o ensino fundamental, é preciso questionar se deveríamos tomar decisões sobre quando queremos que a população esteja com o ensino médio concluído, a geração esteja com o ensino médio concluído. Ou quantos por cento, pelo menos, queremos, em função da realidade que temos hoje, que no ensino médio é bastante precária.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Com certeza, estamos tratando de um direito social fundamental dessa população. Precisamos de dados mais refinados sobre avaliar o impacto dessa meta no sentido de saber a demanda ativa que temos. E, certamente, esta Comissão, neste caso, deverá — imagino, pelo que já conversei com alguns — estabelecer uma discussão sobre as políticas de atendimento com relação aos educandos com essas características.



Então, é uma meta cuja quantificação, em termos de demanda, é muito difícil porque não temos um quadro geral. Mas, quem sabe, o poder público deverá, periodicamente, levantar a demanda ativa desse demandante por educação especial, um capítulo da LDB.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS - Sim, é uma das questões, exatamente.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os 8 anos de idade.

O que está por trás dessa meta? O ensino fundamental de 9 anos, dividido em ciclos. O primeiro ciclo, de 3 anos, é considerado o ciclo da alfabetização plena.

Qual é a questão que está por trás dessa discussão? Primeiro, não há consenso — essa é uma discussão que certamente haveremos de ouvir — se 8 anos realmente é a idade, se não poderia ser antes. Segundo, o risco de estabelecer os 3 anos iniciais como o ciclo de alfabetização plena faz sentido, mas é preciso ser bem entendido, porque temos uma questão, que é a avaliação contínua e permanente desse processo educacional nos anos iniciais de escolarização. Não se deve deixar, por exemplo, que apenas no final do terceiro ano se chegue à conclusão de que a criança não foi alfabetizada. Então, essa é uma questão que precisa ser olhada com muito cuidado. É uma meta fundamental, porque é o elemento básico, crucial, central do processo educacional. Se não for bem cuidada, bem direcionada, poderá levar a procedimentos e a decisões de gestão que não assegurem a qualidade desejada por todos, certamente.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.

Em 2009, 4% das matrículas em tempo integral na educação pública como um todo — em 2010, os dados já são um pouco mais elevados, mas, como a base é 2009, estamos trabalhando com 2009; 59% nas creches; 7% na pré-escola; 2% no ensino fundamental; e 0,5% no ensino médio.

Então, temos uma distância bastante grande entre a realidade e a meta proposta. Claro que existe um consenso de que educação em tempo integral é uma coisa extremamente importante e oportuna. Como chegar lá é uma discussão que esse plano certamente deverá propiciar.



Levantamos também dados sobre como será a base de expansão, aqueles que já se encontram em turno escolar de cinco horas ou mais. No ensino fundamental, 9% das matrículas são em turno escolar de cinco horas ou mais. No ensino médio, 23% são em turno de cinco horas ou mais. Temos o ensino médio inovador, uma série de questões que estão contribuindo para esse aumento dos 23%.

Comentários. Conceito de educação em tempo integral. Esse é um bom debate. Talvez o Plano pudesse trazer uma colocação para essa questão.

Razão da percentagem. Por que 50%? Pode ser mais? Pode ser menos? Por que 50%? É uma discussão interessante.

Nível de ensino. Onde queremos? Em todos eles, indistintamente? Vamos focar mais em alguma etapa determinada da educação básica em função das características? Essa é uma questão.

Metas intermediárias. Se a distância é tão grande, mais uma vez é importante a existência de metas intermediárias.

E, como disse, o conceito de educação integral relaciona-se com as políticas de atendimento.

Meta 7: atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.

Temos um quadro de metas para os anos iniciais do ensino fundamental, os anos finais desse ensino e o ensino médio, etapas para as quais o IDEB é calculado.

A meta de 2011 dos anos iniciais já foi atingida em 2009, segundo o cálculo apresentado. A dos anos finais do ensino fundamental também já foi ultrapassada. Só o ensino médio quase chegou, mas não chegou lá.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Isso como médias nacionais?

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Nacionais. Médias nacionais.

A primeira pergunta que se faz é se não deveríamos trabalhar também a questão de metas intermediárias e regionalizadas, em função da heterogeneidade que temos no País.

A segunda é se os índices que estão propostos não são um pouco modestos, se não podemos ousar um pouco mais para exigir mais do País em qualidade.



O que está previsto para 2021 é o que outros países com os quais ousamos nos comparar pelo PISA, por exemplo, já atingiram há alguns anos. Uma coisa importante para discutir é se não seria interessante o desdobramento em indicadores de nível de aprendizagem e taxas de rendimento escolar, que constituem o conteúdo do índice, que constituem o indicador. O que queremos que cada criança, ao final do ensino fundamental, esteja efetivamente dominando? Essa é uma pergunta interessante de ser feita. E ao final do ensino médio? Já temos alguns referenciais que balizam esses exames nacionais de avaliação. Então, quem sabe podemos usar essa questão para qualificar um pouco mais as nossas metas? Fica aqui a sugestão.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos, de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Estamos tratando aí de uma questão de populações marginalizadas. Portanto, há uma questão de justiça social que está por trás dessa meta em termos de busca de equidade. A população alvo está correta, 18 a 24 anos. A política pública não tem controle sobre a população geral do Brasil, que vai até as pessoas com 70 ou mais anos de idade. Mas a população de 18 a 24 anos é a que vai estar concluindo, ao final do Plano, o ensino fundamental ou o ensino médio. Sobre essa população a política pública tem condição de intervir com mais clareza.

Para termos ideia de onde estamos, temos indicadores. A média de anos de estudo da população de 18 anos de idade em 2009 era de 8,7 anos; de 19 anos, 9,2 anos; de 20 a 24, 9,6 anos. A diferença entre urbano e rural é, em média, de 3 anos. E é de quase 6 anos na população com 25 anos ou mais de idade. Então, isso repercute também na população mais jovem, que é a população alvo aqui. Há uma tendência à repetição. São dados que mostram que há viabilidade no cumprimento da meta. Já ouvi sugestões de se estender essa meta também a outros grupos marginalizados, mas essa é uma discussão que certamente os senhores haverão de fazer.



Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 — isto é, em outras palavras, reduzir a taxa de analfabetismo para 6,5% — e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Em 2009, 9,7% da população com mais de 15 anos se encontrava analfabeta, segundo a definição do IBGE. Então, o que se está propondo é, em 10 anos, passar de 9,7% para 6,5%. Temos que aquilatar se essa diminuição é razoável ao longo desse tempo. Claro que a redução da taxa de analfabetismo enfrenta dificuldades em função de uma população de mais idade, que não necessariamente procura os bancos escolares, procura os movimentos para se alfabetizar. Para isso, coloquei esse referencial aí. Dos analfabetos em 2009, 42,6% tinham mais de 60 anos de idade, e 35,5%, entre 40 e 59 anos. Essa é a população de mais difícil incidência pedagógica. Quer dizer, o poder público tem menos condições de fazer com que essa população retorne, embora ela deva, porque é um direito constitucional.

Quando passamos para o analfabetismo funcional, temos outras questões. Pessoas com 15 anos ou mais de idade, segundo o IBGE, são 20,3%. Segundo o Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional, do Instituto Paula Montenegro, isso sobe para 34%. São indicadores.

Então, temos aqui uma questão. Reduzir em 50% o analfabetismo funcional é viável. É modesto. Claro que temos dificuldade para a erradicação do analfabetismo funcional, o qual está diretamente ligado à qualidade do sistema de ensino. Então, temos que reforçar as outras coisas. Ao longo do tempo, a erradicação do analfabetismo funcional se fará pela qualificação do sistema de ensino, o que não significa que os adultos que padecem desse analfabetismo não devam receber a atenção das políticas públicas. Para isso, nós precisamos ter o mapeamento permanente da demanda ativa. Quem lida com as gestões de educação de jovens e adultos sabe que as matrículas iniciais começam com determinado número e, ao longo do ano, é vazante. Então, como lidar com essa questão talvez seja um ponto importante a ser discutido no âmbito desse plano.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de jovens e adultos na forma integrada de educação profissional, nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio.



Não há dúvida de que isso é extremamente relevante: a profissionalização dessa população, sobretudo nas circunstâncias que estamos vivendo, em termos de desenvolvimento econômico, de diversas populações em área de risco social. Esses são elementos fundamentais. Agora a distância da realidade em relação à meta é muito grande. Por isso, é necessário colocar isso ao longo do tempo, temporizar e discutir.

O proposto é 25%. No ensino fundamental, apenas 0,1% das matrículas tem articulação com a educação profissional e, no ensino médio, 1,2% das matrículas tem articulação com o ensino fundamental, na educação de jovens e adultos. Esse é um desafio enorme. É um desafio importantíssimo, não tenho a menor dúvida. É um direito social importante e uma política pública relevante. Como desatar esse nó? Certamente é uma das principais questões sobre a qual esta Comissão deverá se debruçar.

Meta 11: Duplicar as matrículas da educação profissional técnica e de nível médio assegurando a qualidade da oferta.

Então, nós temos que a ação certamente é relevante. Será que os números não são modestos, em função da realidade e das necessidades dos jovens, sobretudo aqueles que vivem nas periferias das grandes cidades?

Enfim, há uma série de questões que precisam ser colocadas. Por exemplo, os dois grupos reunidos, educação profissional articulada com ensino médio e ensino médio normal, representam hoje apenas 14% dos estudantes de nível médio. Se em 10 anos nós dobrarmos, serão 28%, menos de um terço. Repito, menos de um terço. É esse o cenário que se espera ter, daqui a 10 anos, em termos de articulação da educação profissional com ensino médio?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Integrado, geral. Claro, é oferecido pelo Estado. Concomitante, ele faz o ensino médio e a educação profissional em outro ambiente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Integrado, tudo junto. Ensino médio normal é a formação de professores. É porque normalmente ele não é contabilizado como ensino profissional. Eu coloquei isso, porque ele é profissional.



Eu fiz isso por justiça aos estudantes da modalidade normal, porque eles estão sobretudo profissionalizados, e também em função da distância e das metas intermediárias.

Meta 12: Elevar a taxa bruta da matrícula de educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Situação atual: a taxa bruta da matrícula, independentemente da idade, corresponde a 26%; a taxa líquida da matrícula da população de 19 a 24 anos, a 14,6%. Ainda estamos muito longe do primeiro PNE proposto, porque os 33% já eram uma meta do primeiro Plano Nacional de Educação.

Na verdade, um indicador interessante, que não consta aqui e que deve ser acrescentado, é a população com nível superior. Ontem eu estava vendo que 50% ou mais dessa população tem nível superior.

A taxa de matrícula, para nós, ainda é um indicador importante porque nós estamos muito aquém, mas, quem sabe, devemos passar a trabalhar com o perfil da população. O que falamos para o ensino fundamental e para o ensino médio também vale para a educação superior, e quanto tempo nós queremos que a população acima de 18 a 24 anos tenha determinado percentual...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Na matrícula? É muito pequeno, nós temos menos de 10% da população.

Nós estamos muito aquém. O fato é que não adotamos aqui o acesso imediato, o acesso irrestrito à educação superior, como alguns países adotaram.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Isso, 34%. Argentina e México, em algum momento, também adotaram a estratégia de entrada irrestrita no ensino superior e de seleção dentro das próprias universidades. Isso elevou pelo menos a taxa de matrícula na relação da população.

Enfim, a educação superior está tratada de natureza eminentemente quantitativa. A ideia é fazer uma discussão de natureza mais qualitativa, algumas opções estratégicas de formação de educação superior que estejam relacionadas ao desenvolvimento econômico e social do País. Talvez essa discussão possa ser feita,



a fim de favorecer o desenvolvimento educacional, científico, tecnológico. Essa discussão de natureza qualitativa não aparece. Pelo menos numa primeira leitura, ela não aparece no plano.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores. A meta é viável, sob o ponto de vista quantitativo. Não estamos muito longe disso.

Nas funções docentes em exercício, quase 63% são ocupadas por profissionais com pós-graduação *stricto sensu*, sendo 36,2% mestres e 26,4% doutores. Para chegar lá, uma das coisas seria estabelecer metas intermediárias. Isso seria interessante. Precisamos verificar a adequação da LDB com a questão de um terço para as universidades — mestres e doutores. É preciso ver essa adequação da legislação. Mas os números não são inviáveis e a exigência de maior qualificação do pessoal docente não é absolutamente descabida; pelo contrário, faz sentido.

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. Em 2010 — esse é o dado mais recente do *site* da CAPES —, titularam-se 41 mil mestres e 12 mil doutores. Para se chegar, em 10 anos, a 60 mil mestres e 25 mil doutores, também não é alguma coisa...

Pode ser até mais. Há uma questão interessante que pode ser discutida e que sempre foi objeto de discussão nos PADCTs...

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Ricardo, só uma pergunta. Você sabe como era a realidade no início do primeiro PNE para termos uma noção de quanto cresceu posteriormente?

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Dos mestres e doutores? Dobrou, mais ou menos. Em alguns casos, até mais do que dobrou. No caso de doutores, dobrou, e dos mestres, mais do que dobrou.

O Sistema Nacional de Pós-Graduação responde, ele tem respondido. Aliás, diga-se de passagem, é o melhor da América Latina, o mais desenvolvido, o mais consolidado. Mas eu sou suspeito para falar porque tenho uma convivência com ele de muitos e muitos anos.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Ricardo, eu sei que ainda não está no debate, mas só para esclarecer a pergunta do colega. Eu acho que, para todos nós, você está fazendo um trabalho importantíssimo, até porque nós já solicitamos ao MEC que fizesse um diagnóstico do plano para começarmos a trabalhar em cima. Mas gostaria de saber se é possível que a assessoria nos esclarecesse sobre o que existia em cada meta dessas em 2001 e o que acontece agora em 2009/2010; qual foi o resultado.

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Nós teremos a maior satisfação de fazer uma pequena síntese. Esse dado nós já oferecemos, a Consultoria já ofereceu através das duas avaliações técnicas que nós fizemos do primeiro PNE. Nós estamos em curso da terceira e última. Então, nós buscaremos ali, faremos uma pequena síntese com esses dados.

Há uma outra questão com relação a essa meta. Ela fala em titulações, que é uma coisa apropriada, mas para isso há necessidade de matrículas e quanto o Sistema vai precisar se expandir. Essa informação não está aí. E onde, porque o Sistema ainda tem desigualdades regionais importantes.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Segundo o censo dos professores em 2009, dos quais 2 milhões de professores, 68% contavam com nível superior; desses, 95% com licenciatura. Então, chegar em 10 anos à formação em nível superior para todos não parece tão difícil.

Há uma particularidade. A formação para a educação infantil e em anos iniciais não se faz por área de conhecimento. Então, a meta tem de ser ajustada para contemplar esses profissionais.

Há uma outra questão que também as estratégias não contemplam, embora isso esteja sendo feito pelas políticas públicas, que é a segunda licenciatura. Tem muita gente formada em uma área, mas está efetivamente atuando em outra para suprir as necessidades e as deficiências.



Meta 16: Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

Não há dúvida de que a formação continuada é absolutamente relevante como política de valorização dos profissionais e qualificação da educação. Faltam-nos, porém, dados para avaliar o impacto da meta. Nós não temos essa discriminação do dado *lato e stricto sensu*.

Há uma questão qualitativa que merece ser discutida, que é a adequação da pós-graduação *stricto sensu* para docência na educação básica. Quer dizer, é relevante para a docência da educação básica a formação *stricto sensu* em nível de mestrado e doutorado? Essa é uma questão de objetivo da pós-graduação e de necessidade de formação. Essa é uma pergunta relevante, porque tem a ver com as políticas de formação continuada e com as políticas de valorização do magistério através dos seus planos de carreira e de remuneração.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Pois é, esse dado eu não tenho. Não tenho separado pós-graduação, *lato sensu*, *stricto sensu*. Eu não consegui localizar, ainda temos de buscar mais. Talvez exista em algum arquivo do INEP, espero que tenha. Não tenho dúvida de que o INEP haverá de responder à demanda feita pelos senhores com relação à complementação de dados e ajuda estatística. Mas é um dado que certamente temos de ir atrás.

Mesmo porque, inclusive, foi recentemente lançado um programa de mestrado profissional para a educação básica pela CAPES. É uma outra questão que tem de ser considerada. Embora hoje ele seja muito restrito, atinge apenas dois programas de pós-graduação no País inteiro.

Meta 17: Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de 11 anos de escolaridade do rendimento dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Nos países em que as políticas de valorização da educação desenvolveram, há equiparação e, às vezes, em alguns casos, até a remuneração inicial dos profissionais do magistério chega a ser mais elevada do que algumas categorias de nível superior.



Os dados que estão aí apresentados são de um estudo feito no Ministério da Educação. Colocava, por exemplo, a relação entre salário médio de todos os profissionais e o salário médio dos professores da educação básica pública não federal. Os demais profissionais recebiam mais ou menos 60% do que recebiam os profissionais da educação básica, independentemente de nível de escolaridade. Entrava aí até o trabalhador com baixíssimo nível de qualificação profissional.

Relevante é o segundo. Relação entre o salário médio de todos os demais profissionais com nível superior, incompleto ou completo, dois mil quinhentos e três, e o salário médio dos professores da educação básica pública não federal com o mesmo nível de formação. Aí se inverte. Os profissionais que não são do magistério em média ganhavam 53% mais do que em média ganhavam os profissionais do magistério da educação básica. Há aí uma defasagem que a política pública importa corrigir. Importa corrigir e ser considerada.

Claro que médias nem sempre são bons indicadores, porque nós sabemos que a situação no Brasil é extremamente variada. Depende de Estado para Estado, de Município para Município. Esse tipo de diversidade terá que ser necessariamente contemplado quando estivermos discutindo a questão da valorização.

E aqui terão que ser incorporadas às políticas públicas que já estão consolidadas na legislação recentemente aprovada pelo Congresso Nacional — elas não estão claramente colocadas no Plano.

Meta 18: Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Obviamente que a meta é das mais relevantes. O Plano anterior, inclusive, falava em 1 ano, 2 anos. É preciso termos diretrizes efetivas para a condução dessa questão.

Meta 19: Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

A formulação é até bastante simpática em termos de organização de funções de magistério etc. Duas observações precisavam ser colocadas. Primeiro, a questão da autonomia dos entes federados. Por exemplo, há entes federados em que o



provimento de cargos de direção e de gestão é feito por concurso. Aqui há uma questão a ser colocada.

A outra questão é que a forma de provimento do cargo é um elemento da qualificação da gestão. A questão que fica é: deveríamos, quando estamos tratando da gestão, ampliar um pouco mais o escopo do que seria a qualificação da gestão e quais seriam as estratégias para essa qualificação.

Por exemplo, o Plano anterior colocava metas de perfil profissional, de qualificação profissional de formação continuada etc., que não estão tão presentes ou não estão claras no Plano atual.

Meta 20: Ampliar progressivamente o investimento público em Educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto do País.

Essa primeira tabela apresenta a situação percentual do PIB em 2000, 2005 e 2009. Uma observação. Esses 5,7% de 2009 englobam todos os recursos colocados pelo poder público, inclusive as transferências feitas ao setor privado.

Isso é diferente do conceito de investimento direto na educação pública. Se nós tivéssemos com conceito direito da educação pública, não seria 5,7%, seria 5%.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Não, estão fora. Os aposentados não estão contemplados aqui. Essa estatística foi puxada do quadrinho do INEP que diz explicitamente que não estão considerados.

Não é transferência. Por exemplo, o financiamento de instituições conveniadas e uma série de questões.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - São todas aquelas despesas esses 0,7%. Por exemplo, o PROUNI é computado como despesa na instituição privada; as transferências para creches, para escolas conveniadas privadas, concessão de bolsas de estudo em instituições privadas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Sim, desconto de Imposto de Renda também. A renúncia fiscal relativa, financiamento da educação privada.

Bom, peguei o dado de 5,7% por quê? Porque vai ser a nossa estimativa mais conservadora em relação à estimativa feita da transferência seguinte.



A União tem 1,2%, cresceu um pouco de 2005 para 2009, de 0,8 para 1,2%, prioritária ou preponderantemente em função dos novos aportes da complementação do FUNDEB, que aumentou a participação da União, embora tenha havido também aumento de investimento na educação superior. A parte mais significativa de investimentos está por conta dos Estados, com 2,4%, mas os Municípios também têm uma despesa bastante elevada, com 2,2%, praticamente empatando com os Estados.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Não, são dois números e isso está no *site* do MEC.

São dois dados diferentes: um é o gasto total que inclui as transferências para o setor privado; outro é o investimento direto, e aí é 100%.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Essa é a questão que está por trás. Quem vai pagar a conta dessas metas? Quem vai pagar a conta? De que forma será estabelecida a repartição das responsabilidades financeiras?

Vamos examinar a próxima transparência.

Temos ali um cálculo absolutamente rudimentar, mas serve para termos uma ideia do patamar em que estamos.

O PIB do Brasil em 2009 era de 3,142 trilhões, e 5,7% desse PIB, o dado que estava lá, representavam 179 bilhões. O gasto *per capita*, 179 bilhões, dividido pelas mais de 46 milhões de matrículas, todos aqueles dados que já vimos, dava uma média de 3.929,40. Vejam: é um dado absolutamente rudimentar, porque aí estão somados creches, pré-escola, ensino fundamental, ensino superior. É uma média absolutamente bruta. Se fosse 7% do PIB em 2009, teríamos 220 bilhões naquele ano. Se adicionássemos esses 46 milhões aos 11 milhões 653 matrículas decorrentes das metas, o *per capita* obviamente cairia para 3.763.

Para manter o mesmo gasto *per capita*, seriam necessários 45,8 bilhões adicionais.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Só tenho uma constatação. Sete por cento do PIB hoje é esse valor. Sete por cento do PIB quando as metas forem



atingidas, quer dizer, quando incluirmos essas matrículas, será completamente diferente.

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - E há o crescimento da economia ano a ano.

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Então, nós temos de fazer esse desconto — incluirmos na base de cálculo 1 milhão, 2 milhões, 5 milhões de matrículas a mais. Agora temos de incluir aí também a previsão de crescimento.

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Esse é um comentário absolutamente procedente e viria na sequência da minha análise.

Voltando, então, para 2009, fazendo essa simulação, teríamos 7,2% do PIB. Essa conta não considerou modalidades, meta de tempo integral e outros aspectos, quer dizer, elementos de melhoria de qualidade.

O que significa isso? É um dado, como disse certamente o Deputado Angelo Vanhoni, que precisa ser matizado de diversas formas, não só sob o ponto de vista da ponderação do efetivo custo de cada uma das etapas, modalidades e do tempo integral, como também ao longo do tempo, em relação às projeções de crescimento do PIB *vis-à-vis* às de crescimento da população escolar e dos custos. São dois critérios que precisam ser somados.

É o retrato de um ponto de partida que nos deve fazer refletir.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Sim, com certeza.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Sem dúvida. Isso chama a atenção para o seguinte fato: como é necessário dar a meta de quantificação dos custos, temos um cálculo o mais preciso possível para termos uma ideia se os 7% serão efetivamente suficientes ao longo dos 10 anos, ou se serão a mais ou a menos.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Se não há ninguém inscrito, eu gostaria de fazer uma pergunta para obter alguma informação a esse respeito.



Nesses últimos 10 anos, nós crescemos, tanto em matrículas, como também na participação no PIB.

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Sim.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Pelos dados propostos pelo atual plano do Governo, se são 40 bilhões a mais nos números de hoje, nós poderíamos, assim, hipoteticamente, raciocinar que estaríamos — salvo o crescimento, descontando o crescimento da economia —, em 10 anos, colocando uma média de 4.2 bilhões a mais na educação, se dividíssemos isso ao longo dos 10 anos em valores de hoje.

Seria interessante fazermos uma comparação entre o que cresceu de gastos na educação, nos últimos 10 anos, com as ações do Governo. nós gastamos mais de 5 bilhões ao ano, ou menos de 5 bilhões ao ano? É importante, pelo menos para efeito de comparação, saber se o que o Governo, ou o que o Estado brasileiro está pretendendo gastar nos próximos 10 anos é próximo do que já vimos gastando nesses últimos anos, ou muito distante.

Esse seria um raciocínio interessantes de fazermos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Ricardo, quando V.Sa. falou sobre escola em tempo integral, não computou o custo do tempo integral?

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Não. Aqui, não. Nesse cálculo rudimentar que eu apresentei, por exemplo, aquela meta de elevar até 50%, não está computada aqui.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Deus me livre!

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Não está computado. E há metas que não estão codificadas. Quer dizer, aqui, há apenas, como eu disse, uma estimativa bem grosseira, e, com bem se salientou, atemporal. Ela está localizada em determinado momento. É apenas, digamos, um sinal amarelo, que sugere o cuidado como essa questão tem de ser colocada, porque o percentual do PIB, embora muito bem colocado na Constituição Federal, não é um número mágico. Ele é um número que vai ter de ser construído em função do que se quer. Por exemplo, o avanço, ao longo dos últimos 10 anos, vai ser cotejado com o que se conseguiu



em termos de quantidade, mas também com o que se conseguiu em termos de qualidade.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Sr. Ricardo, mas como disse o Ministro Fernando Haddad aqui, na verdade nós temos de fazer uma conta de chegada, para tentar adequar a meta ao recurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Eu queria propor o seguinte, para organizar o nosso trabalho: há uma lista de inscrições...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, o palestrante não concluiu ainda, eu acho, a sua apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Então, eu gostaria que o Dr. Ricardo concluísse, para que eu conceda a palavra de acordo com as inscrições.

Dr. Ricardo, vamos concluir?

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Acho que ele está mais angustiado que o Relator. *(Risos.)*

O SR. RICARDO CHAVES REZENDE MARTINS - Não, todos fazemos parte desse movimento pela educação.

Esses dados foram coletados de fontes diferentes, tanto da OECD, como da UNESCO, como de indicadores do MERCOSUL — só para termos uma ideia, uma comparação. Vejam, por exemplo, aí passa o investimento direto: 5,2, 5,1, 5,0, para o Brasil — está na segunda linha —, não está aqui o 5,7, embora nós estejamos em 2007. Para termos uma ideia comparativa, uma ideia de como estamos no conjunto, no cenário desses países, o que mais investia era a Suécia: 6,7.

Finalmente, com o comentário da Meta 20, o cálculo do custo das metas é que nos fará chegar à imagem da suficiência ou não desses 7%. Quem vai pagar a conta? De quem são as responsabilidades federativas? A decisão da União tem limites com relação ao que os Estados e Municípios farão de fato. Então, esse acordo e essa proposta têm de ficar bem claros, parece-nos.

Eventualmente, vimos também a divisão dos gastos entre a educação básica e a educação superior, não no sentido de competição, mas de coordenação dos investimentos.



Nas demais transparências — não vou me deter muito —, existem apenas exemplos de estratégias que poderiam vir a ser metas relevantes, como, por exemplo, a 2.12: definir até dezembro de 2012 expectativas de aprendizagem para todos os anos do Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum, reconhecendo a especificidade da infância e da adolescência. Essa é uma meta essencialmente qualitativa. A pergunta que fazemos é: não deveria ser uma definição *ex ante* do plano, quando deveria já estar no plano, e não se deixar para discutir depois? Essa é uma questão.

Na transparência seguinte, temos alguns exemplos, como a comparação com o exame do PISA. Na seguinte, vemos a taxa de conclusão média dos cursos técnicos. Sempre é aquele referencial, o que queremos que a população tenha em termos de perfil, a taxa de conclusão dos cursos de graduação. Há vários exemplos de metas que precisam de uma consideração cuidadosa. Claro que todas as metas serão cuidadosamente vistas, mas algumas chamam a atenção. Por exemplo, a 4.1 é uma questão sensível: o financiamento da educação especial. Mas essa meta como está colocada aqui pode gerar uma dupla contagem das matrículas. É isso que se quer para o financiamento da educação? É isso que se quer com a estratégia 4.1?

Quanto à priorização dos repasses, a União está se propondo a uma série de condicionantes para os Estados, em função das quais as transferências voluntárias serão feitas para Estados e Municípios. É esse tipo de política pública que se quer induzir? Então, esse tipo de questão precisa ser considerada. A União está colocando uma série de restrições. Se se fizer o que ela quer, há transferência, senão, não há transferência voluntária. Esse é um elemento do plano, é uma questão a ser considerada. O que se quer colocar com relação a isso.

O diagnóstico nos parece indispensável. Não temos a menor dúvida de que o Ministério da Educação haverá de corresponder aos pleitos da Comissão em termos de aprofundamento das informações.

Uma proposição é no sentido de que, na análise das metas, se busque contemplar de forma mais clara e mais precisa a qualificação dos resultados da educação escolar brasileira, não apenas a questão de taxas de matrícula. Quem sabe possamos dar uma virada na definição das políticas para dizer qual cara a



educação brasileira deve ter daqui a 10 anos, quem estamos formando, com que padrão de qualidade, com que perfil de conhecimentos.

A relação entre fins e meios ficou muito clara na discussão sobre custos. Também a definição de metas intermediárias que permitam um efetivo acompanhamento do plano, o custo efetivo das ações e a repartição das responsabilidades no que diz respeito a financiamento.

Essas são as contribuições que gentilmente meus colegas da Consultoria Legislativa me enviaram para que eu apresentasse. Espero que sejam úteis para o trabalho e a reflexão dos senhores. *(Palmas.)*

Agradeço em nome dos colegas. Estamos certamente à disposição de todos os Parlamentares membros desta Comissão para dar assessoramento, dentro de nossas possibilidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Em nome de todos os Deputados, Dr. Ricardo, quero agradecê-lo pela sua contribuição para o entendimento de todos nós sobre o plano. Sei que é um trabalho coletivo da Consultoria Legislativa. Quando os procurei, afirmei que não poderíamos dispensar essa colaboração, pois que não são servidores que ficam esperando a demanda do Deputado, mas que acumularam, ao longo desse tempo, uma gama de conhecimentos, de modo a nos permitir exercer essa responsabilidade com o mínimo de seriedade, digamos assim.

Vamos demandar bastante a Consultoria Legislativa. Essa ideia de iniciarmos nossos trabalhos ouvindo os senhores, depois o Ministro, desencadeando a discussão, é o caminho para se alcançar plenamente o objetivo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Primeiro, Sr. Presidente, agradecendo a toda a assessoria técnica, quero, nesta oportunidade de início da discussão sobre o Plano Nacional, incorporar uma homenagem a uma assessora já falecida, que muito contribuiu para esse processo, a Profa. Isaura Belloni. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Como sempre, muito bem lembrado pelo Deputado Ivan Valente.

Em primeiro lugar, concedemos a palavra ao Relator. Como ele está ausente, vamos chamar os constantes da lista de inscrições: eminentes Deputados Alice Portugal, Fátima Bezerra, Paulo Rubem Santiago, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rogério Marinho, Raul Henry, Renan Filho, Newton Lima, Nelson Marchezan Junior, Ariosto Holanda e Artur Bruno.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Eu aprendi muito cedo que nesta Casa esta é uma missão impossível. *(Risos.)*

Eu gostaria de agradecer ao Sr. Ricardo Chaves de Rezende Martins a participação. Quero também fazer com meus pares compreendam a preocupação desta Presidência de não estabelecer prazo para a conclusão dos trabalhos. Nós estamos diante de uma matéria extremamente complexa. Eu não conheço o diagnóstico. E V.Sa. disse muito bem que não há diagnóstico. Inclusive, quero fazer um apelo aos representantes do Ministério da Educação. Há uma só solicitação nesse sentido do Deputado Nelson Marchezan Junior, que já vai completar uns seis meses sem que o Ministério da Educação responda.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Eu faço um apelo no sentido de que seja respondido.

Quero externar outra preocupação. Eu conheço pouco — mas meu ouvido é muito afinado e ouço muito —, mas não conheço nenhum País do mundo que tenha melhorado a sua educação de forma linear, da creche até o ensino superior. Parece que os países tiveram momentos de prioridade para cá, para lá, atacaram aqui, depois atacaram lá. Essa coisa linear me assusta um pouco. Mas, durante os debates, vamos ter oportunidade de ampliar essa discussão.

Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

Deputada Teresa Surita, convido-a a assumir a Presidência enquanto eu converso rapidamente com o Presidente da Casa.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Muito bem, Deputado Gastão Vieira. Comentarei rapidamente, nestes 3 minutos, as suas premissas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Eu não estabeleci prazo, não, eu disse que era uma missão impossível.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu sei, mas vamos tentar. Estamos hoje fazendo essa primeira visão por meio do estudo do Dr. Ricardo, da Assessoria Legislativa, que para mim não é surpresa. Nós temos bebido da fonte desses especialistas e aprendido muito. Temos o manto da representatividade, mas nos transformamos em grandes generalistas nesta Casa.

Esta é uma matéria em que, de fato, devemos ter a humildade de fazer essa prospecção na vida real e no estudo dos especialistas.

Concordo com o Dr. Ricardo quando diz que o diagnóstico é fundamental. O diagnóstico é elementar, é primordial. Nós temos de aprazar, antes de qualquer divisão temática, de organização dos seminários regionais, a discussão do diagnóstico. É preciso fazer uma análise em profundidade com o Ministério da Educação, com o Conselho Nacional de Educação. Poderíamos até fazer um requerimento coletivo desta Comissão nesse sentido, para prover o plano dessa deficiência. Ou seja, trazer esse conteúdo, provendo a falta dele.

Em relação à segunda questão, entrando na premissa, querida Deputada Teresa Surita, do Deputado Gastão Vieira, de se estabelecer prazo ou não, eu acho que também é precoce dizer que não podemos fazê-lo.

Vi a reforma universitária dormir e depois entrar em sono profundo, e continua a dormir na Câmara dos Deputados. Sabemos que mesmo que ela não fosse a ideal, se tivesse saído uma regra sistêmica do funcionamento, não teríamos hoje deficiência de diagnóstico sobre a qualidade dos cursos no Brasil. Enfim, acredito que depois do diagnóstico, no processo de início das audiências nos Estados, poderemos, sim, definir uma perspectiva de prazo. Hoje não devemos dizer nem que sim nem que não. É ainda muito cedo para dizer que não devemos aprazar a finalização dos trabalhos.

A primeira grande questão, em minha opinião de generalista, é o diagnóstico. Precisamos ter o diagnóstico.

Por último, eu queria dizer, Dr. Ricardo, que sua análise global me assustou. E me assustou em função do nível da responsabilidade, da dimensão da tarefa. A dimensão da tarefa é grandiosa. Temos de trabalhar com essa prospecção do



crescimento para verificação dos índices e temos de trabalhar com a voz das ruas. Na quarta-feira que vem, a UNE e a UBES realizarão um movimento por 10% do PIB e 50% do fundo social do pré-sal, o que na legislatura passada já tratamos. Evidentemente são números, bandeiras, mas o diagnóstico nos levará à discussão dessa contingência. Então, a tarefa é grandiosa.

Dentro dessa expectativa de ter uma atuação a mais responsável possível nessa análise, talvez fosse o caso de ter também uma preliminar de comparação internacional. Eu acredito que a cada momento a imprensa nos fale sobre isso. O senhor trouxe aqui um preâmbulo nesse sentido. Mas seria muito interessante atualizarmos isso, não só os percentuais, mas os mecanismos adotados para se chegar a índices como o coreano, o japonês, o argentino e o de países em nivelamento de desenvolvimento econômico.

Então, acredito que seria interessante fazermos uma mesa de discussão dessa natureza. As embaixadas estão aí. Estão aqui pessoas interessantes com as quais podemos tratar desse assunto: o pessoal da Comunidade Europeia e seus especialistas, e mesmo os especialistas brasileiros. Fui discutir uma série de coisas lá. Acredito que possamos fazer não só uma análise numérica, mas sistêmica do processo — como esses países chegaram lá —, para que possamos ter resposta para a angústia do Deputado Gastão, que disse: *nunca vi atacar tudo ao mesmo tempo*.

Mas não estamos começando do zero. Se não tivemos a completude do plano anterior, pelo menos nós crescemos. Crescemos no mundo técnico, crescemos no mundo universitário com a inclusão, com mecanismos impensáveis há 20 anos, como a dação em pagamento do REUNI — é uma dação em pagamento de dívidas ao Erário público. Então, nós crescemos. É evidente que não vamos partir do zero.

Portanto, esse paralelo sistêmico e processual com esses países talvez também nos iluminasse nesse processo de debate sobre como abordarmos o plano, como construirmos metas reais. Ou seja, vamos fortalecer, como foi feito na primeira etapa de crescimento ainda no Governo Fernando Henrique, sobre o ensino fundamental? Ou vamos realmente fatiar e, de maneira difusa, empreender metas para todos os níveis, inclusive o técnico e o tecnológico?



Enfim, quero propor uma rodada de diagnóstico e uma rodada de comparação com outros países, para que possamos imediatamente depois entrar no concreto, na construção das metas e nas audiências.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Deputada Alice, permita-me.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O Relator pede aqui um aparte.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - É apenas para colaborar com o seu raciocínio, com a sua análise. O Ministro da Educação, no primeiro dia que veio à Câmara, à Comissão de Educação, anunciou que estaria enviando à Câmara e à Comissão de Educação e Cultura o diagnóstico realizado pelo Ministério da Educação que embasou as 20 metas e as 20 estratégias do Plano Nacional e Decenal. No entanto, isso já tem quase 3 meses.

Então, estou formatando um requerimento para que a Comissão Especial possa dar continuidade aos seus trabalhos e possamos compilar os dados, precisar melhor as informações.

Vejam o belo trabalho que o Ricardo fez com os números e os dados disponíveis. Trouxe uma luz sobre cada meta para todos nós aqui. Se entregarmos o diagnóstico que o Ministério trouxe à assessoria da Câmara, para esmiuçar, detalhar melhor, isso vai propiciar um retrato mais preciso da realidade educacional do nosso País.

Então, estou providenciando o requerimento e vamos aprova-lo ainda hoje, porque temos pressa nesse diagnóstico. Os Deputados têm que ter esses dados em mãos, para orientar suas intervenções, para entender o conjunto das metas e a responsabilidade que está na mão de cada um.

Quero dar uma sugestão à Deputada Alice, que abordou um tema muito importante: que possamos fazer uma comparação, em termos de qualidade e de como é financiado em outros países — países em processo de desenvolvimento, como o Brasil, e países que já conquistaram o seu desenvolvimento, como os da União Europeia. E possamos fazer disso um painel do debate que a Comissão vai realizar. Então, já ficaria como tema de um painel para apresentar os dados comparativos entre os países. A assessoria poderia organizar, chamando para si e trazendo esse debate para o seminário, para que possamos precisar.



A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu finalizo dizendo, primeiro, que esse pontapé inicial dado com a observação sobre o projeto é fundamental para que possamos ter a noção do tamanho da responsabilidade e, ao mesmo tempo, constituir essas facetas.

Foi feito aquele cálculo rudimentar, em tese, mas evidentemente há outras questões a serem consideradas. Temos de observar o todo. Eu acredito que algumas outras variáveis nós vamos ter de trabalhar, quando formos discutir educação especial, modalidades educacionais, que são também o objeto da distância em relação a grupos sociais no Brasil: os indígenas, os afrodescendentes e as mulheres. Segundo dados levantados pelo IPEA, além dos portadores de necessidades especiais, são as mulheres que ainda constituem a maioria pobre e analfabeta do País e detentoras das ocupações menos rentáveis.

Essa discussão tem de permear, de maneira transversal, a construção do Plano Nacional de Educação. Se constituirmos ainda um modelo baseado em metas que, de maneira absolutamente retilínea, observa o universo a ser contido nas políticas educacionais, não contribuiremos de maneira mais intensa para o sobrepasso dessas diferenças. Talvez essa questão também tenha de ser transversalizada nesse debate global sobre os dados da educação.

Parabéns e obrigada por nos abrir as portas e os olhos para essa responsabilidade.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Deputada Teresa, só uma questão de ordem. Havia aqui uma curiosidade para saber o resultado do Supremo Tribunal Federal em relação ao piso dos professores. O resultado foi 5 a 5, e a interpretação é que desta forma fica valendo a lei como foi aprovada. Era necessário maioria, portanto seis votos, para considerar um terço das 40 horas inconstitucional. Então, temos a vitória do Congresso, do magistério, dos profissionais em educação. Parabéns a todos nós!

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Só um adendo, Deputada. Isso significa, na verdade, resgatarmos o conteúdo original da lei. É uma vitória desta Casa, do Congresso Nacional, porque, em permanecendo esse resultado, resgatamos a lei no seu conteúdo original.



A PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Depois dessa boa notícia e, seguindo a lista de Deputados inscritos, eu gostaria de sugerir ao Plenário, porque já são quase 17 horas e já estamos sendo chamados para a Ordem do Dia, que três Parlamentares apresentassem seus questionamentos seguidamente, e então o Dr. Ricardo responderia.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Se o Dr. Ricardo estiver de acordo, pode se manifestar de uma vez por bloco completo de inscritos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Certo.

Antes, indago se o Relator, que quando chamado não estava presente, deseja fazer alguma consideração. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sra. Presidenta, estou satisfeito. Minha manifestação é para parabenizar o Dr. Ricardo e a equipe técnica da Câmara pelo trabalho relativamente ao Plano Nacional, propiciando que os Deputados se inteirassem da realidade educacional do País: seus problemas e desafios; a proposta do Plano e se ela corresponde ao que o Brasil espera para os próximos 10 anos; se é o que pensamos ou não.

Esse primeiro diagnóstico foi de grande valia para nós, que estamos iniciando este trabalho. Está de parabéns a assessoria pelo trabalho. Acertou o Deputado Gastão Vieira quando encomendou esse trabalho à assessoria.

Eu gostaria apenas de sugerir que voltássemos a discutir uma visão conjunta quando o Ministério da Educação apresentasse seu diagnóstico, para que fizéssemos nova e mais precisa compilação dos dados, já de posse do que o INEP tem levantado, nos últimos anos, do acompanhamento da educação e pesquisa no País. Isso nos permitirá ter, meta a meta, uma visão mais real da educação no Brasil.

Mais uma vez, está de parabéns a assessoria.

Por último, quero dizer que vamos apensar requerimento, solicitando ao Ministério da Educação que, o mais rápido possível, o diagnóstico à Comissão Especial, sem o qual fica muito difícil nosso trabalho sobre o Plano.

Era isso, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Muito bem.

Seguindo a ordem de inscritos, tem a palavra a Deputada Fátima Bezerra.



A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sra. Presidenta, também quero saudar o Dr. Ricardo e toda a equipe pelo bom trabalho de consultoria. Já conhecíamos a equipe por ocasião de outros desafios que enfrentamos nesta Casa, como a matéria do FUNDEB, entre outras. Sem dúvida nenhuma, Ricardo, Paulo, Ana e toda a equipe têm uma grande contribuição a dar do ponto de vista da fundamentação e da análise do tema.

Deputado Emiliano José, demais colegas Parlamentares, seguramente uma das metas que vão ser muito discutidas será a do financiamento. Ontem, a convite da ANDIFES, integrei uma mesa com o Ministro da Educação. Lá estavam presentes os reitores das universidades federais públicas e eu disse ao Ministro e aos demais presentes que, analisando os fatores que contribuíram diretamente para boa parte das metas estipuladas no PNE 2001-2010, cuja vigência terminou, não fossem alcançadas, não tivemos como não constatar que um dos principais desses fatores foi exatamente o veto do Governo anterior ao PNE — refiro-me ao veto a elevar para 7% do PIB os investimentos na educação.

Evidente é que esse não foi o único fator, mas ele foi o fator estratégico.

Como podemos aprovar um plano de metas ambiciosas sem fazermos as contas, sem termos claro o financiamento necessário para realizar essas metas, sem termos clara a origem dos recursos? Quais fontes vão de fato abastecer o financiamento, de modo a garantir que o Plano cumpra seu papel?

Essas foram considerações que teci ontem no sentido de reforçar a necessidade de termos agora muito zelo e atenção para não repetir os erros do passado. E quero aqui afirmar que, felizmente, nós não estamos, até o presente, cometendo esses erros. Como também não cometemos erros quando aprovamos nesta Casa a Emenda 59, que teve o cuidado de colocar o Plano Nacional como plano decenal e como política de Estado e que foi além ao constitucionalizar a relação PIB *versus* investimento na manutenção e desenvolvimento do ensino. Um dos argumentos de que o Governo se utilizou à época para vetar os 7% do PIB para a educação era o de que não se tratava de matéria constitucional, e nós resolvemos esse problema, está lá na Constituição. Se quiserem vetar, terão de arrumar outra desculpa.



O próprio Governo, temos de reconhecer, dá um passo importante quando, no projeto enviado a esta Casa, assume o compromisso de passar dos atuais 5,1% para 7%. Mas, como disse no debate de ontem, a sociedade civil tem outro entendimento. Foi unanimidade na Conferência Nacional de Educação a proposta não de 7%, mas de 10%, porque os que defendem essa proposta a defendem sob o entendimento de que 7% não são suficientes para enfrentarmos os desafios presentes no projeto do novo Plano Nacional de Educação.

Acho, Ricardo, que teremos realmente de avançar na questão do financiamento. Quando o Governo propõe 7%, ele o faz à luz das metas que enviou a esta Casa. Mas as emendas já apresentadas a esta Casa pela CNTE e por várias entidades, e em curso na Casa, já trazem novidades.

Por exemplo, no que diz respeito à questão do déficit de escolarização *versus* meta de universalização e ampliação do atendimento escolar, verificamos, Deputado Artur Bruno, que todas elas são bem mais ousadas que o projeto original. Senão, vejamos. Relativamente às creches, a Campanha propõe não apenas ampliar, mas universalizar. No que diz respeito à meta do ensino médio, as propostas que temos aqui vão tanto na direção de antecipar o calendário quanto na de ampliar a oferta de vagas, e por aí vai.

A meta da valorização salarial e profissional também é muito cara para todos aqueles que defendem uma escola pública com qualidade.

Nós vamos ter que enfrentar o desafio de apresentar uma meta que eleve o salário do magistério. E a proposta é no sentido de não igualar a um salário médio. Por que o salário médio? Não tem por que o professor ganhar o salário médio de um engenheiro ou de um outro profissional. Nós temos que defender que ele, com a sua titulação de nível superior, chegue ao mesmo patamar das demais profissões, e não de um salário médio.

Evidentemente, para que isso possa ser implementado, nós vamos precisar de dinheiro, daí por que o Deputado Paulo Rubem vai contribuir e muito, junto com o nosso Relator, no que diz respeito ao debate do financiamento — o Deputado Paulo Rubem e outros —, porque, para fecharmos essa conta, nós vamos precisar realmente, após um bom estudo, de um bom debate, a fim de chegarmos a um



entendimento sobre qual é o financiamento necessário para as metas que nós vamos colocar no novo PNE.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Deputada Teresa, que assume a Presidência, eu quero, em primeiro lugar, congratular-me pela enésima vez com os trabalhos da Consultoria Legislativa. Muitas vezes nós fomos aqui uma voz isolada na defesa da avaliação do PNE de 2001 a 2010, na defesa intransigente daquele primeiro documento que foi desconhecido solenemente inclusive por nosso próprio Governo e por companheiros da legislatura passada, da legislatura concorrente ao primeiro mandato do Presidente Lula, porque talvez não era interessante aprofundarmos a avaliação do tempo decorrido entre o primeiro Plano Nacional de Educação e o conjunto de políticas que aconteceram simultaneamente à construção do plano, sobretudo na esfera da política macroeconômica, da política monetária, da gestão da dívida pública, etc., com todos os seus impactos orçamentários e fiscais nas contas nacionais.

Eu quero, mais uma vez, me congratular o Dr. Ricardo pelo trabalho que ele apresenta, bem como parabenizar todos os integrantes da Consultoria, porque nós insistíamos aqui, desde o início — e aqueles Deputados e Deputadas que aqui estiveram na legislatura passada certamente se recordam de uma audiência pública nesta Comissão, quando aqui esteve o Ministro Fernando Haddad para apresentar os fundamentos do Plano de Desenvolvimento para a Educação — em saber do Ministro Haddad quais eram as relações do PDE com o PNE. Uma semana depois, numa audiência no gabinete do Ministro, ele abria uma reunião com os Deputados da Comissão de Educação e me perguntava: “*Deputado Paulo Rubem, por que o senhor é contra o PDE?*” E a crítica que se fez ao PNE de 2001 a 2010, e que se vendeu à sociedade e a esta Casa, é que ele não tinha metas qualitativas e pecava por excesso de metas quantitativas. E o que nós vemos agora? *Stricto sensu*, duas, três, quatro metas qualitativas no máximo. E, multiplicando-se metas por estratégias, nós temos quase o mesmo quantitativo de diretrizes que nós tínhamos no PNE de 2001 a 2010.



Portanto, em primeiro lugar, nós temos que recuperar o tempo perdido quando o Plano Nacional de Educação de 2001 a 2010, na metade da sua vigência, foi posto na berlinda para que se publicizasse uma nova iniciativa com todos os seus créditos e métodos que nós aqui já reconhecemos. Mas foi um equívoco nós não termos concretizado na íntegra aquilo que fora proposto e aprovado no Plano Nacional de Educação 2001-2010. Então, isso precisa ser dito. O que é grave, e eu reitero aqui a consideração que o Dr. Ricardo apresenta, é a inexistência de um diagnóstico — e não um só não, mas vários. Primeiro que uma proposta de um Plano Nacional de Educação para a sociedade brasileira, para um país de dimensões continentais como o Brasil, não só deve se iniciar com um diagnóstico, mas deve vir fundamentado, do ponto de vista filosófico, com o papel da educação na sociedade, na escola. É como se devêssemos iniciar a proposta do Plano Nacional de Educação por um capítulo que seria o autêntico estatuto da escola para uma sociedade em transformação. Isso não está presente. Não há fundamentos filosóficos, do ponto de vista da educação, do papel da escola na sociedade. E mais: não há qualquer referência ao papel do Plano Nacional de Educação num projeto estratégico de nação brasileira para os brasileiros e para o mundo. Quais são os valores que hegemonizam hoje as relações internacionais? São valores da justiça, da igualdade, da cooperação, da solidariedade, da harmonia? Não. São valores da acumulação, da hegemonia financeira, são os valores das negociatas no campo das negociações econômicas internacionais.

A muito custo os países conseguem dirimir seus conflitos econômicos depois de anos e anos de pendengas nas esferas das organizações internacionais. Então, não temos, no Plano Nacional de Educação, uma proposição de conteúdo, uma proposição de fundamentos para um projeto estratégico de nação. É como se nós quiséssemos construir um Plano Nacional de Educação apenas para resolver os passivos da educação em si própria. Então, isso falta ao projeto do Plano.

E uma outra questão. Quais são os diagnósticos que nos faltam? Primeiro, um diagnóstico da própria educação. Porque chegamos no início da segunda década do século XXI aspirando a ser uma das grandes nações econômicas do mundo, com uma carga tributária predominantemente regressiva e indireta sobre o consumo e a renda dos assalariados, que é, em sua metade, transferida do Tesouro



Nacional para remunerar a acumulação de ativos financeiros, e não temos um diagnóstico da educação nacional; não temos um diagnóstico que explique as defasagens da educação nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste; não temos um diagnóstico da educação como instrumento de acesso à renda no País; não temos um diagnóstico que nos alimente o conhecimento dos investimentos em educação como geração do PIB, como acabou de publicar o IPEA; não temos um diagnóstico da relação da educação com a economia no desenvolvimento regional e nas inserções externas do Brasil.

O Brasil está sendo ultrapassado repetidas vezes por blocos econômicos porque continua marcando passo como exportador de produtos primários. Também pudera, temos enormes territórios geográficos e econômicos no País que são hoje propriedade cativa da monocultura, da economia primária, da economia voltada única e exclusivamente em escala para exportação dos produtos primários, onde o futuro das crianças dessas regiões se repetem no passado dos seus pais e dos seus avós. São os cortadores de cana do Nordeste, são os peões da fazenda da área de desmatamento da Amazônia, do Centro-Oeste. Então, qual é o diagnóstico que nos falta? Não é um, são vários diagnósticos.

Uma outra pergunta que se faz aqui: quem vai pagar a conta? Nós já construímos desde a Constituinte três grandes arquiteturas para definir quem paga a conta. A arquitetura maior é a Constituição Federal. A Constituição define percentuais mínimos a serem aplicados no ensino público federal, no ensino público estadual, no ensino público municipal; as esferas de competências, os princípios, as diretrizes. A segunda arquitetura foi a Emenda nº 14, do FUNDEF, e a última arquitetura foi a Emenda nº 53, do FUNDEB.

Então, não dá para nós, a partir de agora — sobretudo com essa decisão do Supremo quanto ao valor do vencimento básico, ao conceito de vencimento e à compreensão da carga horária de um terço para remuneração, preparação e atividade pedagógica por parte do docente —, ouvirmos a ladainha de Prefeitos e Governadores que reclamam como irão pagar a conta. É só lerem a Emenda nº 53, que observarão que cabe à União complementar os dispêndios dos Estados e Municípios sempre que eles excederem no mínimo os 20% que os Estados e Municípios têm de colocar na conta FUNDEB. Agora, quem pagará a conta de fundo



para atingirmos as metas que queremos construir é a sociedade brasileira. Claro que não é o assalariado de dois salários mínimos. Quem pagará a conta será aquela parcela da sociedade que precisa ser onerada para que haja igualdade na sociedade, aquela parcela do Tesouro Nacional que hoje vai para uma minoria que vive da renda dos papéis. E eu não aceito discutir o financiamento de um Plano Nacional de Educação se não discutirmos a reorientação de parte da política macroeconômica que transfere renda da sociedade para uma elite que vive de ativos, que não está nem aí para a escola pública porque o seu filho estuda em escola privada; que não está nem aí para a universidade pública, porque vai estudar nas universidades privadas norte-americanas, nas universidades privadas europeias, faz a pós-graduação lá fora e vem trabalhar no próprio negócio. Não está nem aí para a esfera pública da vida em sociedade brasileira.

Então, a conta vai ter que ser paga, vai ter que ser calculada. Vamos desenvolver com a sociedade, com os movimentos, com as universidades e com os pesquisadores o cálculo dessa conta, para que possamos ter um Plano Nacional de Educação que responda a esse desafio e enfrente o atraso educacional.

Quando se pergunta: por que o atraso? Ora, nós temos um país que durante 322 anos foi colônia, durante 77 anos foi império vinculado à elite, que hegemonizava a colônia portuguesa, e que em 122 anos de República não construiu um sistema, sequer, de educação básica. A nossa grande surpresa, Dr. Ricardo, é que, das 20 metas, não há uma única meta sobre Sistema Nacional de Gestão. Nós saímos da Conferência Nacional de Educação dizendo que iríamos construir um Sistema Nacional de Educação Básica articulado. Cadê a articulação?

Então, não dá para dizer que, em um ano, os entes da Federação terão que elaborar leis. Isso é conversa para boi dormir, porque a Constituição de 1988 já definiu que a gestão da educação tem que ser democrática. Nós temos que aprovar o Plano Nacional de Educação, no mínimo, com uma meta que defina claramente o que é o Sistema Nacional de Gestão Democrática da Educação.

Somos uma República, não há invasão de competência. Há competências concomitantes entre os entes da Federação. O ente federal tem que apresentar também o seu Plano Nacional. Não se pode dizer que os Estados têm que ter Planos Estaduais de Educação, os Municípios têm que ter Planos Municipais, e o



ente federal não tem que ter o Plano Federal de Educação? Tem que ter. Tem que se cobrar também da União a elaboração do Plano Federal de Educação, dentro do Plano Nacional que congrega os três entes da Federação.

Por fim, lembro que a consolidação do PNE e a sua concretização dar-se-ão concomitantemente à concretização do Plano Nacional de Cultura; do Plano Nacional de Juventude; da terceira edição do Plano Nacional dos Direitos Humanos; da consolidação do Sistema Único de Assistência Social; da vigência dos 21 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente; do anunciado PAC de Combate à Pobreza Extrema, sobre o qual o Ministro Gilberto Carvalho já anunciou, ontem, que uma de suas linhas mestras é a erradicação do analfabetismo. Temos que lembrar a ele que isso tem que estar dentro do PNE. Não podemos começar agora, pegar um pedaço e colocar dentro de um PAC, um PAC disso, um PAC daquilo e ir esquartejando. Daqui a pouco ninguém sabe de onde vem, quem controla, quem financia e que metas serão atingidas. E o mais importante, vou insistir nisso: nós vamos concretizar o Plano Nacional de Educação 2011/2020 concomitantemente à aprovação e vigência de dois Planos Plurianuais, 2012/2015, que a Presidente Dilma vai enviar a esta Casa no segundo semestre, e o PPA 2016/2019.

Já se acostumou no País a definir meta para educação e meta para a saúde, mas, na hora dos instrumentos orçamentários, as metas não se comunicam. Prevalecem nos instrumentos orçamentários a rigidez fiscal, a sustentabilidade da dívida pública e o cumprimento “sagrado”, entre aspas, dos interesses do mercado financeiro. Hoje, qualquer agente de portaria de uma consultoria financeira fala mais nos jornais do que um Senador da República que queira discutir política macroeconômica. Hoje, tem mais espaço na mídia econômica qualquer estudante de primeiro período de Economia, estagiário de um banco, do que um professor, doutor ou mestre de uma Faculdade de Economia que não pense de acordo com o sistema dominante.

Então, quero aqui, mais uma vez, elogiar o trabalho da Consultoria Legislativa e dizer àqueles Deputados que não puderam ter acesso à primeira avaliação que seria muito importante que nós todos assumíssemos este compromisso de dedicar um tempo da nossa participação na Comissão Especial a uma leitura detalhada, minuciosa, do que os senhores elaboraram em relação ao PNE 2001/2010, a



primeira versão, disponibilizar da segunda versão e, ao mesmo tempo, quero compartilhar dois trabalhos publicados recentemente pelo IPEA, dois comunicados recentes daquela instituição. O primeiro, Comunicado nº 70, trata do analfabetismo no Brasil, e o outro Comunicado anterior, de nº 66, no qual o IPEA destrinchou os dados da educação da Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios de 2009. Eles vão ajudar, e muito, esse diagnóstico que nos falta por alguma razão no Projeto de Lei nº 8.035/2010, do Plano Nacional de Educação.

Então, nós temos uma longa jornada pela frente, e espero que consigamos aprovar um plano que seja antecedido por um conjunto de fundamentos filosóficos sobre o papel da educação numa sociedade em transformação, conflitante, desigual, desarmônica, sobre o papel da escola, da escola pública como instituição democrática da sociedade, como espaço de formação para a cidadania, de convivência e de construção de valores, e também um plano que aponte para um projeto estratégico de nação. Não adianta discorrermos sobre um conjunto de metas para a educação básica e superior no País, quando basta meia dúzia de iluminados na economia darem meia dúzia de canetadas para colocar o País em situação extremamente adversa. E, pelo que se anuncia, nós estamos correndo riscos cada vez maiores de voltarmos a uma situação já superada: a de sermos um país preso e amarrado às chamadas vantagens comparativas de produtor de produtos primários, de recursos minerais, de produtos agrícolas, porque o mercado internacional cresce, os preços das *commodities* sobem, e nós vamos seguindo a banda, sem perguntar para onde o maestro nos quer levar.

Em homenagem, portanto, a Paulo Freire, a Florestan Fernandes, a Darcy Ribeiro, a Anísio Teixeira e, sobretudo, a Celso Furtado, que pensou o País a partir de suas próprias questões, de seu próprio desafio, esse é o desafio que temos pela frente, e tenho certeza de que nossa Consultoria vai nos ajudar bastante.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Eu gostaria de informar aos Deputados e técnicos presentes, sobretudo aos do Ministério da Educação, que, terminada a reunião, esta palestra vai estar disponível na página da Comissão.

Passo a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra.

A SRA. DEPUTADA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos.



Evidentemente há ainda muita coisa a ser aprofundada em termos de análise, mas quero destacar uma preocupação relativa a tempo integral.

Existe hoje um conceito muito difuso sobre tempo integral. Quem lida com o sistema tem dúvidas sobre o que é considerado tempo integral, qual o conceito, a estrutura curricular e pedagógica. Muitos acham que fazer escola debaixo de árvores ou no entorno da escola é fazer tempo integral.

Quem lida com o sistema sabe que isso tem um custo. Eu fiz questão de perguntar se estava inclusa uma escola de tempo integral. O próprio valor *per capita* do FUNDEB não cobre quem faz atendimento em tempo integral, porque aí vai alimentação, vai mais gente para cuidar no período do intervalo do almoço, quando há outras atividades. Então é preciso trabalhar.

Eu sei que a Casa já vem há longo tempo debatendo tempo integral, mas ele ainda não saiu do papel, ainda não foi votado. Creio que precisamos avançar.

Queria também fazer um lembrete em relação ao PIB. Eu defendo que ele seja de 10%. Acho muito estranho que, em algumas medidas, o deliberado na Conferência tenha sido incorporado, mas outras coisas não. A Conferência, por decisão da maioria, quer 10% do PIB. Mas não estou nem dizendo isso. Sei que, como foi demonstrado, trata-se de um grande esforço. Mas quando, num esboço muito superficial, constatamos que, para manter o que temos hoje, seria necessário um investimento de cerca de 7,2% do PIB, sem contar com as outras metas, restamos, sim, ter a coragem de chegar aos 10% do PIB. Ainda que isso seja feito de maneira gradativa, a espaços de tempo, temos de partir com a ideia dos 10% para que venhamos a dar conta das metas que estamos estabelecendo.

Relativamente à Meta nº 16, creio que às vezes cometemos alguns equívocos quanto à questão da valorização e da carreira. É comum pessoas entenderem que valorizar uma carreira é incentivar cursos de mestrado e doutorado para a educação básica. Fui gestora por quase 10 anos e, na minha opinião, mestrado e doutorado não têm foco na educação básica. Normalmente, quem conclui mestrado ou doutorado não permanece na educação básica, mas vai para a universidade.

Mas não estou nem discutindo isso. Acho que isso tem servido de desculpa para que as carreiras sejam organizadas de maneira equivocada: destinam-se bons, ou os melhores salários aos portadores de mestrado ou doutorado, pouca gente



chega lá, e temos uma carreira que no início deveria ser atrativa, mas não o é. A carreira do magistério tem de ser boa no começo, para atrair os bons profissionais; deve haver progressão ao longo de seu exercício, mas, no que diz respeito à meta de valorização, devemos nos preocupar com uma carreira real, que atraia bons profissionais para a carreira do magistério.

O Plano, na minha opinião, parece que não trata de monitoramento dos 10 anos de sua implementação. Eu acho que é muito triste nós levarmos 10 anos para chegar à conclusão de que estamos chegando ao primeiro PNE. Então, se nós pudéssemos ter, ao longo da implementação, monitoramento, para que pudéssemos ter condição de realinhar durante o caminhar, eu acho que seria interessante. Não sei se eu estou correta.

Eu acho que não deveria nem tratar desse assunto, mas foi comemorada, aqui, a situação do piso e gostaria de reforçar o que eu disse hoje pela manhã: o que foi definido agora sobre a questão da carga horária é que ela tem impacto, sim, em Estados e Municípios, e não é pequeno. Em média, a cada três professores, gerará mais uma nomeação, contratação ou concurso. E isso precisa ser enxergado, porque nós temos que cuidar desse desafio enquanto conjunto, enquanto nação.

É importante, pode significar avanços para a carreira, para o professor, mas o sistema, de qualquer forma, está com estrangulamento. A cada três professores, nós fizemos conta, em geral, porque, na carga horária do professor, hora-aula e hora-relógio não são iguais. Então, com essa definição, aqui, há impacto em alguns sistemas mais do que em outros, mas a cada três professores, em média, gera a contratação ou nomeação de um novo professor, nesse desenho em que está a aprovação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Deputado Rogério Marinho. *(Pausa.)* Não está.

Deputado Raul Henry. *(Pausa.)* Não está.

Deputado Renan Filho.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Dr. Ricardo, eu serei bastante breve. Falo somente para parabenizar a Consultoria Legislativa pelo trabalho e pela atenção que tem tido sempre com esta Comissão, com os Deputados da Casa, mais uma vez prestando um grande serviço.



É muito importante que, assim que o Ministério da Educação mandar para cá o diagnóstico, nós possamos repetir a dose, fazer uma nova reunião dessas, porque, a despeito, Presidente Teresa, de termos demorado tanto tempo para trazer para cá um consultor legislativo para nos apresentar o trabalho da Consultoria, de agora em diante faremos isso com mais periodicidade, porque o trabalho da Consultoria nos ajuda muitas vezes mais do que outras pessoas que vêm de fora e trazem muito menos informações.

Eu só gostaria de colocar, para que nós pudéssemos avançar um pouco, que nesse trabalho que o senhor apresentou, o segundo PNE, era importante que nós tivéssemos os dados para acompanhar o progresso do PNE 1 — o número de matrículas em 2000, 2001 — e comparar o crescimento para 2010, porque assim nós teríamos parâmetros para saber se a meta está ambiciosa ou está baixa demais. Nós chegamos a discutir isso rapidamente, aqui, mas isso eu coloquei durante a explanação.

Para não tomar tanto tempo — já estamos com a Ordem do Dia correndo no Plenário —, parabeno o senhor, a Consultoria como um todo, que elaborou esse trabalho, e afirmo que é sempre importante valorizar a prata da casa, como se diz no futebol, e aqui nós não estávamos valorizando tanto a prata da nossa Casa, que é a nossa Consultoria.

Meus parabéns.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Deputado Newton Lima.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Muito obrigado, Presidenta. Cumprimento os colegas membros da Comissão. Eu não pude vir à exposição, coincidiu com uma outra, mas bati os olhos aqui, Ricardo, e parabeno toda a sua equipe. Certamente nos ajudará, como já foi dito.

Quero dizer que nós estamos protocolando requerimento para conhecermos a posição de três Ministros que julgamos da maior importância dialogarem com o Plano Nacional de Educação. Eu, o Deputado Ariosto Holanda e o Deputado Waldir Maranhão estamos reivindicando a vinda do Deputado Aloizio Mercadante. Acho que é dispensável falar da importância do Ministro da Ciência e Tecnologia na discussão do PNE.



Eu estou propondo a vinda do Paulo Bernardo, porque não é possível, conquanto o protagonista central de qualquer processo de ensino e aprendizagem seja e continuará sendo para todo o sempre o professor, o profissional do magistério, nós precisamos discutir, em relação à banda larga, se o Plano Nacional vai conversar com esse instrumento importante. Na minha opinião, isso tem que ser transformado em meta. Conversei ontem com o Ricardo. Estou preparando uma emenda, vai ser a 21ª.

O Ministro Mercadante hoje falava muito também, vai falar conosco aqui, sobre as experiências portuguesas, uruguaias, em que as crianças e os professores estão absolutamente interligados na rede, com um resultado pedagógico irrenunciável.

O Deputado Molon, que me ladeia, deu-me a honra de assinar comigo a proposição para ouvirmos a Ministra Ana de Hollanda, porque também precisamos conhecer do Ministério da Cultura como vê o Plano Nacional de Educação nas suas vinte metas.

Penso que, com isso, nós estaremos enriquecendo esse trabalho. O Deputado Waldir Maranhão e eu próprio, até pela nossa experiência com educação superior, com a devida articulação ou anuência — até diria — do Presidente desta Comissão, Deputado Gastão Vieira, pedimos uma audiência específica com as quatro entidades que representam as instituições de ensino superior no Brasil, a saber: ANDIFES, ABRUEM, ABRUC e ANUP. Assim, poderemos também conhecer o olhar da comunidade universitária de maneira plural sobre o Plano Nacional de Educação como um todo.

Faço esse registro e mais uma vez me congratulo com o trabalho da Consultoria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Deputado Angelo Vanhoni.
Está escrito aqui.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Está escrito, mas eu já fiz uso da palavra. Só gostaria de saber se nós vamos apreciar os requerimentos apensados na Mesa. Há um requerimento meu, de minha autoria, que requer o envio e a apresentação do diagnóstico a respeito do Plano Nacional de Educação.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Passo a palavra ao Deputado Nelson Marchezan Junior. (*Ausente.*)

Deputado Ariosto Holanda.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Inicialmente, eu gostaria de parabenizar o Ricardo e a toda sua equipe pelo excelente trabalho. Você ilustrou muito, inclusive questionando várias metas que vão servir de subsídio para nós.

Mas quero deter-me à meta nova. Ontem, foi objeto da minha consideração, quando falei para o Presidente e o Relator que tinha uma preocupação acerca do número de analfabetos funcionais do País. Você traz esse número agora. Aqui diz que é da ordem de 23%, IBGE; o INAF, 34%. Num dado que levantei do PNAD, esse número hoje chega a 55 milhões de brasileiros analfabetos funcionais. Significa dizer que são brasileiros que não entram no novo mercado de trabalho que exige conhecimento. Mas o que me preocupa, Ricardo, é que essa população, cujo caminho para capacitá-la para o trabalho temos que encontrar, não vai mais para a escola, pelo menos na sua maioria. A faixa etária se situa entre 15 e 64 anos. Essa população não vai para a escola. Então nós temos que discutir mecanismos que levem à capacitação dessa população.

Eu falei aqui com o nosso Relator sobre a oportunidade de conversarmos com o Ministro Mercadante. Eu defendo a integração da educação com a ciência e tecnologia. Sempre digo que ciência e tecnologia fazem parte da cadeia de conhecimento que começa com o ensino fundamental.

Portanto, o caminho que eu vejo é o da extensão. Quem tem o conhecimento hoje são as universidades, os institutos de tecnologia. Não é a escola formal do ensino médio, fundamental, que vai capacitar essa população. Há então que chamar as universidades e os institutos para implantarmos um grande programa nacional de extensão.

O Presidente Lula triplicou os institutos federais. Eles vão estar presentes em 401 Municípios. Então, essa capilaridade permite realizarmos esse grande trabalho de extensão, capacitando essas pessoas.

Hoje, estamos vivendo um problema sério de mão de obra. Para os programas e projetos do PAC, nós não temos mais eletricitas, bombeiros,



soldadores, e essa ação da extensão pode chegar a eles, assim como a extensão no meio rural.

Nós temos o analfabetismo tecnológico das pequenas e microempresas. No bom sentido, eu fiz hoje uma provocação ao Ministro Mercadante, que achou muito importante a ideia de que pudéssemos discutir o caminho da extensão. Seria feito por meio dos programas do CVT — Centros Vocacionais Tecnológicos, do ensino a distância, todos os mecanismos disponíveis para chegarmos a essa população.

É uma situação preocupante. O avanço tecnológico está aí. Conversando com Mercadante, ele afirmou que ficou encantado com o avanço da China, Alemanha. Temos que chegar lá, mas essa população tem que ser assistida.

É uma provocação para a Consultoria identificar um caminho para chegarmos a essa população, a esse povão. São 55 milhões que o Plano Nacional de Educação de alguma maneira tem que contemplar. Quem sabe, podemos chegar a uma meta que chamo educação funcional para essa população. Não sei se nossos Deputados concordam. Essa escola de ensino médio não vai conseguir assistir essa população. Devem ser criados outros mecanismos para que possamos chegar a ela.

Parabéns, Ricardo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Deputado Artur Bruno.

Antes gostaria de dizer ao Deputado Angelo que, assim que terminar a manifestação dos Deputados, votaremos seu requerimento.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Dr. Ricardo, vou ser breve por causa do tempo. Vamos nos encontrar ainda durante muitos meses nessas reuniões. Gostaria de parabenizá-lo. É meu primeiro mandato de Deputado Federal, mas já tinha ouvido falar muito bem, tanto do Dr. Ricardo quanto do restante da Consultoria, através do hoje Ministro Ubiratan Aguiar. Sempre trabalhei com o Ubiratan na luta por uma educação de qualidade. Ele sempre me falava muito bem. E vocês dois têm uma publicação que já li, muito boa, por sinal.

O projeto que chegou aqui a nossa Casa propõe 7% do PIB em 2020. E nós analisamos hoje aqui, de forma breve, cada meta e chegamos a avaliar algumas estratégias. Sei que é um trabalho que levaria muito tempo, mas eu queria saber, Dr. Ricardo, se a equipe de consultores chegou a avaliar o investimento necessário para essas metas apresentadas.



O Governo apresentou 7%. A conferência da qual eu participei como delegado do Ceará apontou 10%. Mas nós precisamos saber se para essas metas apresentadas pelo Governo — não estou nem falando de metas mais ousadas que poderão ser apresentadas e votadas por esta Casa — foi feito algum estudo, mesmo que preliminar, para observar se 7% do PIB serão suficientes para dar conta dessas metas que o Governo apresentou. O Governo chegou a esse número de que maneira? Foi algo estudado, foi analisada meta por meta? Temos metas ousadas, inclusive pela sua própria avaliação e da sua equipe, algumas factíveis, outras muito ousadas, saindo de quase nada para muita coisa, pelo que vimos na sua análise.

Então esta é a minha pergunta. Foi feito algum estudo preliminar, uma avaliação de valores para cada meta, para sabermos se realmente 7% é suficiente? Parece-me insuficiente. Eu creio que esta Casa pode até aprovar ainda outras metas nas mais diversas áreas, e aí nós precisaremos de mais recursos, evidentemente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Bom, eu estou inscrita; peço então ao Deputado Eduardo Barbosa que assuma o meu lugar, porque eu não posso estar na Presidência. Mas será muito rápido meu comentário. *(Pausa.)*

(Assume a Presidência o Deputado Eduardo Barbosa.)

A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA - Bom, eu também gostaria de parabenizar o Dr. Ricardo e a sua equipe pelo levantamento. Eu estou chegando a esta Casa com um olhar ainda muito voltado para o lado do Executivo, porque fui Prefeita durante muito tempo. Então, eu tenho certa dificuldade até de me posicionar, no sentido da discussão, do debate, não porque eu ache que não seja necessário — é absolutamente necessário —, mas porque eu gosto de ver os caminhos, eu gosto de ver os resultados. Então, eu ainda estou aprendendo aqui, e aprendendo com pessoas que me têm ensinado muito a levantar questões de outra maneira.

Mas eu entendo que não dá para trabalhar sem um diagnóstico. É absolutamente impossível trabalhar no escuro, porque, se não há diagnóstico, vai-se partir de onde, para se chegar aonde? Qual é a realidade? Então, eu entendo que qualquer meta a que queiramos chegar, qualquer plano que queiramos formar tem de estar dentro da realidade, porque senão fica como hoje. Tem-se um plano, mas o que foi feito? O que foi cumprido? O que aconteceu de fato?



Eu entendo que nós aqui somos vários Parlamentares, cada um com a sua visão, com o seu olhar: o olhar para o ensino superior, o olhar para a creche — quer dizer, cada um tem a sua peculiaridade. Particularmente, eu acho que na questão do ensino para as crianças nas creches, na pré-escola, o Brasil deixa muito a desejar. E eu acho que falta o olhar para o adolescente. Nós não temos hoje programas voltados para os adolescentes, da maneira como nós os entendemos, e nós temos perdido muitos adolescentes em função de eles não terem profissão, de depois de uma determinada idade, depois que saem do ensino fundamental, não terem onde trabalhar.

A qualidade de ensino é absolutamente necessária. Que haja uma qualidade de fato. Que nós possamos comparar-nos com aquilo que há de mais evoluído, porque hoje as diferenças regionais são muito grandes. Na minha região existem professores que saem do ensino fundamental e vão dar aulas sem nenhuma condição, muitas vezes, de ensinar a criança nessa fase da formação que fica para o resto da vida.

A valorização do professor pelo salário é fundamental para que nós possamos garantir até que esses profissionais tenham incentivo para poderem ensinar com tranquilidade aquilo que vão oferecer. Eu sou filha de professores. Meu pai e minha mãe eram professores. Eu perdi meu pai muito cedo; minha mãe ficou viúva, e educou-nos como professora primária. E era uma realidade, desde aquele tempo, de muita luta. Então, eu sei muito bem o que é a necessidade de valorização de um profissional.

Eu entendo que o analfabetismo funcional também é outro sério problema que precisa ser resgatado, eu diria. Enfim, eu gostaria de lembrar que é muito difícil falar de prazo diante de todas essas dificuldades. E eu entendo que esta Comissão — tenho dito isso para alguns colegas — é uma das que mais apresentam algo de fato, como resultado, dentro do Congresso Nacional. Então, estou muito satisfeita por poder estar começando meu mandato aqui, e acho que nós temos de debater todas as questões realmente apontando caminhos, porque são os caminhos que vão levar-nos ao resultado.

Quero parabenizar realmente o Dr. Ricardo pelo trabalho, e entendo que há necessidade desse requerimento, com o qual o Ministério da Educação também vai



trazer seus dados para que possam ser acrescentados a esses que foram levantados aqui, e então vai começar a ficar claro para onde nós devemos seguir. Aí, sim, eu acho que nós poderemos falar em metas e em resultados, porque a nossa proposta é para daqui a 10 anos. E nós não podemos esquecer também a questão do investimento; não existe como fazer uma educação de qualidade sem dinheiro. Não há, não há como. Então, deixo aqui esta minha observação.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Eu passo a palavra agora para o Deputado Eduardo Barbosa. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Obrigado. Foi combinado, não é, Deputada?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Foi.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Bom, Dr. Ricardo, eu também quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pela sua apresentação, pelo trabalho de toda a Consultoria. Isso para nós não é surpresa, nem a forma didática como o apresentou, não é? Isso mostra o mestre que é, porque foi uma apresentação que, é lógico, não esgota, mas conseguiu transcorrer todo o plano, e de uma forma extremamente leve, sob o aspecto de podermos acompanhar seu pensamento, com que contribuiu muito para todos nós.

Agora, eu quero só apontar aqui três coisas que, para mim, foram importantíssimas na sua apresentação; primeiro, a preocupação que traz, em que realmente o papel desta Comissão é fundamental para que possamos aprofundar em cada detalhe o Plano Nacional de Educação, porque nós estamos discutindo uma questão que tem interferência na vida de gerações de pessoas, e nós não podemos iludir mais uma geração com uma perspectiva de melhora de qualidade.

No entanto, nós percebemos que há a questão do financiamento, em que nós vamos ter de mergulhar mesmo, para não acabarmos com uma peça de que daqui a 10 anos nós vamos dizer: puxa, contribuímos para algo que não foi acompanhado com o financiamento adequado... E eu vejo que mesmo a proposição de 7% do PIB, pelas contas ligeiras que nós fizemos aqui, não garante o que está proposto, mesmo porque há metas ocultas ainda, há metas que nós não conhecemos.



Só para terem uma idéia, no caso da educação especial, nós temos 650 mil matrículas atualmente, sendo 400 mil no ensino comum e 250 mil na rede especializada conveniada, e na faixa etária de 4 a 17 anos são 7 milhões os brasileiros. Isso significa que nós temos 6,4 milhões fora da escola, com deficiência, nessa faixa de 4 a 17 anos. Então, um contingente de 7 milhões, quando é ocultado como meta, é algo que vai levar as contas a serem vistas e revistas. E inclusive esse é um cruzamento que eu fiz e que eu gostaria, Dr. Ricardo, de pedir até que V.Sa., junto com a Consultoria, aprofunde, porque... Como eu obtive esses dados? Acompanhando matrículas do censo escolar, ao longo dos anos, porque isso é fácil, e indo ao IBGE para ver qual é a população projetada, na faixa de 4 a 17 anos, de pessoas com deficiência. Então, eu cheguei a esses números, que precisam ser aprofundados.

E inclusive, com a não universalização do ensino fundamental, da educação básica — que ainda não conseguimos universalizar —, um percentual significativo da não universalização da educação básica é justamente a população com deficiência. Então, é uma meta que não é desprezível, e nós precisamos realmente apontar isso.

E uma outra questão que me chamou muito a atenção é: como esta Comissão vai aprofundar-se na questão qualitativa? Nós estamos preocupados com números, mas existe uma expectativa da sociedade brasileira de qualidade de ensino, e a qualidade de ensino aqui não consegue ser apresentada simplesmente com o alcance de ampliação de metas. Então, nós precisamos realmente trabalhar nessa questão, que V.Sa. nos traz em vários momentos, não é? Como é que nós vamos fazer a avaliação qualitativa desses itens? Eu acho que nós vamos ter de mergulhar nisso aí.

E temos uma preocupação em relação ao financiamento, porque, só com a decisão do Supremo, se ela realmente vigorar — porque eu acredito que com o empate, pela informação que nós temos, pode até ser questionada novamente pelos gestores estaduais, e provavelmente será; mas vamos supor que ela vingue, não é? —, nós temos aí não só a limitação financeira, porque nós vamos ter de ampliar os quadros da educação no Brasil com essa decisão, porque se reduz a carga horária, como nós temos um outro fator: mesmo que o Estado ou o Município tenha o



recurso financeiro, hoje ele não tem como fazer contratação, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, na maioria dos Municípios, limita novas contratações, e nisso nós também de pensar aqui. Se ampliarmos metas, nós temos de ver qual é a projeção da necessidade de pessoas para lidarem com essas novas metas, quando nós temos um outro gargalo, que é a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, que talvez nós tenhamos de discutir.

Então, encerro pedindo — não faço nem pergunta —, pedindo, solicitando que essas questões que eu levantei aqui mereçam também da parte dos senhores um suporte, um subsídio maior. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Agora eu passo a palavra ao Dr. Ricardo, para...

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS - Muito rapidamente, primeiro eu quero agradecer... Ah, desculpe.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Não quero atrapalhar a fala do Dr. Ricardo aqui, mas eu me inscrevi.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Desculpe, Deputado. Foi uma falha minha.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Não, não se preocupe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - É a inexperiência. Peço sua consideração.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Não, que inexperiência, que nada! V.Exa. está conduzindo-nos muito bem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Por favor, Deputado Emiliano.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Mas é rápido, é ligeiro; eu apenas não quero deixar de destacar a importância do trabalho do Dr. Ricardo e de toda a sua equipe, porque nós às vezes não valorizamos os companheiros e as companheiras que compõem as nossas consultorias, e foi um trabalho de grande qualidade, de grande densidade, de que nós estávamos necessitando. E parabênizo também o Presidente, porque foi quem tomou a iniciativa de provocá-los positivamente a fazer esse trabalho. Ele trouxe referências importantes para nós, e de alguma forma



equaliza um entendimento geral, para que depois nós discutamos de maneira mais circunstanciada cada um desses pontos.

Eu acho que é uma contribuição essencial, sua, porque foi quem apresentou, e de toda a sua equipe, toda ela, e nós, seguramente, aqui — eu tenho certeza de que todos pensam assim —, abraçamos todos os senhores pela qualidade da contribuição.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Então, agora eu passo a palavra ao Dr. Ricardo para suas considerações.

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS - Muito rapidamente, primeiro eu quero, em nome dos meus colegas da Consultoria, agradecer as generosas palavras que todos os Parlamentares disseram em relação ao nosso trabalho, e a expectativa... Não, resta só reafirmar que estamos à disposição, com todo o nosso empenho, todo o nosso entusiasmo, para continuar, para seguir trabalhando nessa questão, que é fundamental.

Com relação à questão do diagnóstico, acho que as medidas tomadas certamente trarão o efeito de que nós possamos ter o enriquecimento dos dados. Nós certamente bebemos das fontes do MEC, não é? Mas o diagnóstico que ele tenha feito, eventualmente, redondo etc., que venha, para nós vai ser fundamental.

A questão das comparações internacionais de um seminário é muito interessante, não é? Não só com relação aos números, mas particularmente com as estratégias adotadas para alcançar os êxitos. A Comissão de Educação já fez alguns seminários em tempos recentes; também teremos fontes ali de informações. Temos fontes de informações.

A questão da diversidade, que a Deputada Alice Portugal levantou, já está tratada numa meta, mas certamente poderá ser ampliada para outros segmentos e outras clivagens que tenha a população brasileira. A questão da qualificação das metas com certeza perpassou toda a nossa conversa, não só a quantidade, mas a qualidade, a aferição de qualidade, de direito à educação qualitativamente colocado. O painel internacional faremos com o maior entusiasmo, a organização desse painel internacional.



A questão do tempo integral envolve uma discussão conceitual fundamental que tem de ser feita. E a questão do financiamento — 7%, 8%, 9%, 10% —, de fato, a Constituição definiu muito bem isso; o problema é nós termos uma avaliação do custo dessas metas, uma vez definidas que metas efetivamente queremos, para chegarmos ao montante; e, segundo, por quanto tempo, porque não basta somente dizer: chegaremos ao final da década em “x”%. Mas esses “x”% serão necessários por quanto tempo? Pode ser que sejam necessários 10%, ou 7%, ou 8,5% ou 8,2% (vamos fazer o levantamento) durante “y” anos, e depois já não tanto, porque há um custo de implantação e há um custo de manutenção, não é? Então, isso nós também temos de avaliar.

Esse dado, Deputado, do número fechado, o primeiro dado, o único dado bruto que nós temos é esse que foi apresentado agora. Certamente há notas técnicas que nós estamos esperando, que fazem essa avaliação. Nós estamos aguardando, e continuaremos fazendo contas. Por isso, nossos colegas da Consultoria de Orçamento também fazem parte da equipe de assessoramento. Nós vamos continuar trabalhando nisso, mas ainda não temos o dado, porque essa foi uma meta atemporal; ela é pontual, ela trouxe para o presente o que se espera daqui a 10 anos. Como bem lembrou o Relator, isso também tem de ser visto diacronicamente, ao longo do tempo, com a taxa de crescimento do PIB, e esse é um exercício que necessariamente terá de ser feito, e nós vamos debruçar-nos sobre ele o mais rapidamente possível para trazê-lo. Nós precisamos avaliar o custo de cada meta também, não é? O custo de cada meta.

Com relação à questão da valorização da carreira, à questão da formação, de fato, observa-se que em carreiras excessivamente alongadas, que se estendem a patamares que quase ninguém alcança, geralmente desvalorizam-se os patamares iniciais, não é? De fato, é uma questão que tem de ser levantada.

Na questão do monitoramento, o projeto de lei prevê as conferências. As conferências e a atuação do Fórum, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS - Está no projeto de lei. Exatamente, está no projeto.



Bom, falei da questão do diagnóstico, da presença dos Ministérios que são, digamos, companheiros da educação, como o de Ciência e Tecnologia, da questão da comunicação pela banda larga; ontem mesmo comentávamos com o pessoal que trabalha mais na área da cultura como é importante articular, e não há nada previsto de articulação.

A questão da capacitação tecnológica da população é fundamental ser tratada. É um elemento extremamente importante a alfabetização tecnológica. (Risos.) Eu prefiro a educação funcional à alfabetização tecnológica. Eu acho que é extremamente interessante essa questão, não é? E aí, vamos puxar a contribuição da ciência e da tecnologia, como se diz, vamos democratizar a ciência e a tecnologia para esse segmento da população. É uma outra política pública que importa considerar aqui, não é?

Bom, já falei da questão do custo; o diagnóstico foi comentado; enfim, há todas essas questões. E não basta só avaliar a questão, mas também, para isso, mapear os recursos necessários, inclusive os de pessoal, de profissionais do magistério e demais servidores que deverão dar suporte a isso.

A tarefa é grande, mas o entusiasmo também. Vamos em frente, e agradeço-lhes a atenção.

Diga, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Permita-me só uma intervenção: V.Sa. tem algum dado sobre a população carcerária? Porque o último dado que levantei é: da população carcerária, 10% são analfabetos e 70% não têm o ensino fundamental; e dos que saem 70% retornam, enquanto nos Estados Unidos dos que saem só retornam 10%. Então, eu não sei se o plano deveria contemplar alguma ação de educação para a população carcerária, nem que seja de ensino a distância.

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS - Por que não?

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Bom, sobre a mesa, requerimento do Deputado Angelo Vanhoni, que requer ao Ministério da Educação a apresentação na Comissão Especial do PNE do diagnóstico o qual fundamentou as metas, diretrizes e estratégias do Projeto de Lei nº 8.035/2010, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011/2020.



Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA - Antes de a nossa Presidenta encerrar, quero dividir com os senhores uma alegria muito grande: compareceram a esta audiência de hoje 29 Srs. Parlamentares, numa Comissão que tem 25 titulares. E não vieram aqui para ouvir nenhum Ministro de Estado, sabem? Ou aquelas... Vieram para começar um trabalho com o nosso próprio pessoal da Casa. Este é o motivo. Acho que é um fato raro o que aconteceu hoje; de 25 titulares, compareceram 29 Srs. Deputados! São 6 horas da tarde, estamos há mais de 4 horas aqui sentados, e todo o mundo muito atento. Eu acho que isso é muito importante. Por essa razão, eu fiz questão de registrar.

Eu quero comunicar ao Plenário que, por convite anteriormente feito, eu vou amanhã participar de uma reunião com os fundadores do Movimento Todos pela Educação, e vou fazer uma palestra; não vou falar do plano em si, mas vou fazer um comentário sobre a visão que eu consigo ter — como político, porque eu não sou especialista — da educação brasileira. E eu escrevi aqui uma coisinha que eu queria dizer: nós temos 80 mil escolas públicas no Brasil; apenas 2.600 escolas urbanas conseguem nota 6 ou mais. De 80 mil escolas, apenas 2.600 atingiram a nota 6 ou mais no IDEB. E temos apenas 12 redes públicas municipais, em que a maioria das escolas atinge esse nível. Ou seja, saber fazer uma boa escola, isso nós sabemos; nós não conseguimos é democratizar isso, fazer com que todas as nossas escolas atinjam esse bom patamar. Eu acho que esse é o nosso grande desafio, e a razão pela qual nós temos o direito de continuar acreditando nas nossas utopias, e é sobre esse assunto que vou tentar, amanhã, falar no Todos pela Educação.

E é por essa razão, assim, que nós estamos muito felizes, Ricardo, com a contribuição que os senhores deram para que nós compreendamos bem não o plano, mas de que maneira nós vamos fazer esse plano realmente vingar, como é o desejo de toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Presidente, eu só queria aproveitar, desculpe-me, para informar e fazer um convite, ao mesmo tempo: amanhã o Ministro



Paulo Bernardo estará aqui, neste Plenário 10, a convite da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação. Entre outras coisas, nós vamos discutir com ele o Plano Nacional da Banda Larga, em que naturalmente todos aqui...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - É, o Ministro Paulo Bernardo. Todos aqui têm interesse. Amanhã, às 9 horas, ele estará aqui. Portanto, se os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas puderem e quiserem estar presente, seria muito bom.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - É outro assunto fundamental, não é, Deputado?

Bom, as comunicações da próxima reunião serão encaminhadas no prazo regimental aos gabinetes dos Srs. Deputados, Líderes e Consultores.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.